



China: a nova potência mundial?

Editorial

Por ocasião da recente viagem de presidente Luís Inácio Lula da Silva à China, bastante se escreveu sobre aquele país que, para muitos de nós, permanece desconhecido. A ênfase, em geral, das matérias publicadas sobre a China foi econômica e política. No boletim desta

semana, procuramos aprofundar um pouco mais o conhecimento da realidade social, cultural, ambiental daquele imenso país, por muitos apontado como a possível grande potência do século XXI. Mas há lugar para uma nova potência econômica, militar, política e cultural no século que iniciamos? Ou apostamos nas possibilidades de um mundo multipolar onde a China com outros países, como o Brasil e a Índia, por exemplo, poderiam exercer um papel protagonista na construção de um outro mundo, mais plural, mais democrático, mais equânime e mais sustentável.

*As entrevistas com Giovanni Arrighi, professor do Departamento de Sociologia na The Johns Hopkins University, em Baltimore (EUA), autor do importante livro **O longo século XX – Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**; Paulo Vizentini, professor titular de Relações Internacionais e História Mundial Contemporânea na UFRGS; Benoît Vermander, jesuíta, professor e pesquisador da realidade chinesa; Zhu Jing Jiang, antropólogo, escritor, tradutor e produtor de filmes; e Hu Xu Dong, professor visitante na UnB e professor na Universidade de Beijing, ajudam a compreender um pouco melhor a fascinante emergência chinesa no cenário internacional.*

A todos e todas uma ótima semana de trabalho, um excelente feriado no meio da semana e uma profícua leitura.

A CHINA PROCURA PARCEIROS MUNDIAIS

Entrevista com Giovanni Arrighi

*No cenário das relações internacionais, ainda não está definido o futuro da convivência China-Estados Unidos – o que equivale, praticamente, a dizer o destino do mundo. De acordo com o sociólogo italiano radicado nos EUA, Giovanni Arrighi, os EUA já reconhecem a China como uma potência emergente e dessa constatação pode resultar uma aliança sino-norte-americana. Mas as variáveis em jogo ainda são muitas e, entre elas, está a aproximação da China com o sul do globo, “partindo do Brasil e passando pela África do Sul e pela Índia”. Arrighi descarta, entretanto, a possibilidade de os chineses começarem a liderar um novo “ciclo sistêmico de acumulação”, pois não vê, na economia global, sinais de que isso seja iminente, a começar pelas próprias debilidades chinesas decorrentes de um crescimento extraordinário. Giovanni Arrighi é professor do Departamento de Sociologia na The Johns Hopkins University, em Baltimore (EUA) e um dos mais destacados estudiosos mundiais sobre as relações dos sistemas políticos e econômicos. É autor, entre outros livros, de **O longo século XX – Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996; **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998; e **Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; Editora UFRJ, 2001. A entrevista foi concedida por e-mail.*

IHU On-Line - Em que medida a crise de crescimento enfrentada pela China limita as suas aptidões para, em prazo médio, acumular capacidades políticas, econômicas e militares para disputar com os EUA a liderança mundial?

Giovanni Arrighi - A aptidão da China para desafiar a hegemonia dos Estados Unidos durante os próximos 20 anos, mais ou menos, depende de várias circunstâncias; duas, porém, são particularmente essenciais. Uma delas é a conduta política norte-americana. Se os Estados Unidos persistirem nas tentativas atuais de redefinir o mapa do oeste asiático através do poderio militar, estarão cada vez mais atolados em uma tentativa infrutífera e, com isso, fortalecerão a possibilidade de a China tornar-se uma potência dominante dentro e fora da região do leste da Ásia. A segunda principal circunstância é como a China, em si, responderá às crises econômicas e sobretudo sociais que, inevitavelmente, irão pontuar sua incrivelmente rápida expansão econômica. Há indícios de que a atual liderança do Partido Comunista Chinês está ciente dos problemas sociais e ambientais que a aguardam. Mas como ela irá, de forma adequada, lidar de fato com os conflitos sociais gerados pelas crescentes desigualdades na distribuição de renda e pelos deslocamentos em massa de populações de áreas rurais para áreas urbanas, permanece uma pergunta sem resposta.

IHU On-Line - O senhor acha possível que a China lidere um novo ciclo sistêmico de acumulação? Ela poderia fazer isso sozinha? Ou precisaria se aliar com outros países? Quais?

Giovanni Arrighi - A China já é vista (inclusive pelos Estados Unidos) como uma das duas economias (a outra sendo a própria americana) que desempenham um papel de destaque na recuperação atual da economia global. Eu duvido que essa recuperação possa ser o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação. O problema das dívidas externa e interna dos EUA ainda não foi resolvido e pode levar a uma contração mais ou menos catastrófica da economia global. Independentemente de que isso aconteça ou não, a China surgirá, por fim, como um

novo líder da política econômica global. O mais provável é que tal ascensão ocorra com um acordo entre a China e outros países, mas, no momento, é difícil prever quais serão esses outros países. Isso depende de diversas batalhas que estão sendo e ainda serão travadas pelo futuro da política econômica global entre a região do hemisfério norte em si e entre o hemisfério norte e o hemisfério sul. Dentre as possibilidades de alianças, estão uma coalizão formada exclusivamente por países do leste da Ásia, uma aliança sino-norte-americana ou sino-européia, ou ainda uma aliança ao sul do globo, partindo do Brasil e passando pela África do Sul e pela Índia até a China.

***IHU On-Line* - Frente ao crescimento do poderio chinês, o senhor acredita que os Estados Unidos, para não perderem a direção do sistema internacional, poderiam rumar para um capitalismo do tipo estamental, politicamente orientado, mais apoiado na coerção e na força, alterando as características do capitalismo histórico, que se apóia mais no mercado?**

Gioavanni Arrighi - Indubitavelmente, os Estados Unidos tentarão usar a sua supremacia militar e cultural para impedir seu futuro enfraquecimento econômico perante a China e a Ásia como um todo. Até certo ponto, o uso de recursos militares para influenciar resultados econômicos tem sido uma das características mais típicas do capitalismo histórico. Porém, os Estados Unidos podem impelir esta tendência além do ponto onde o militarismo e a política levam vantagem em relação ao capitalismo e à economia. Não há garantia, entretanto, de que essa tendência prevalecerá.

***IHU On-Line* - Quais são as possibilidades reais de uma parceria entre o Brasil e a China e quais os reflexos disso no cenário internacional?**

Giovanni Arrighi - Conforme eu mencionei acima, uma hegemonia no hemisfério sul, centrada em um eixo que se estenda do Brasil, passando pela África do Sul e pela Índia até a China se constitui em um dos diversos cenários futuros presentes no campo das possibilidades históricas. Representaria, definitivamente, o cenário mais favorável para o hemisfério sul. Todavia, são grandes os obstáculos para a concretização de tal cenário (devido não apenas à resistência do hemisfério norte, mas também às divergências existentes no hemisfério sul). A fim de superá-los, os países do hemisfério sul e seus aliados do norte precisam de grande visão e determinação.

***IHU On-Line* - Qual a sua opinião sobre o governo do presidente Lula?**

Giovanni Arrighi - Eu sei muito pouco a respeito do que vem acontecendo no Brasil desde a ascensão de Lula ao poder, portanto não posso formular uma opinião categoricamente favorável ou desfavorável. Contudo, tenho uma impressão bastante positiva quanto à postura do governo Lula no cenário mundial.

POSICIONAR O BRASIL EM UM MUNDO MULTIPOLAR

Entrevista com Paulo Vizentini

Paulo Gilberto Fagundes Vizentini é professor titular de Relações Internacionais e História Mundial Contemporânea na UFRGS. Entrevistado por e-mail, ele observou que a China deseja tornar-se um pólo de poder num mundo multipolar e defende a inserção brasileira nesse novo cenário. Mas observa que a chave para o sucesso brasileiro parte da integração sul-americana, acompanhada de uma mudança na política interna. Vizentini coordena o Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de

Estudos Avançados da UFRGS (www.ilea.ufrgs.br/nerint), é membro correspondente do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (CEE/ESG) e do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) (www.cebri.org.br). É pesquisador associado do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da USP (NUPRI/USP). Fez pós-doutorado em Relações Internacionais na London School of Economics, em 1997. É especialista em Integração Européia pelo Colégio do México e União Européia, mestre em Ciência Política pela UFRGS e doutor em História Econômica pela USP. Pesquisador de larga produção bibliográfica, é autor de mais de 20 livros, entres os quais relacionamos **A Nova Ordem Global**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996; **Da Guerra Fria à Crise: As Relações Internacionais no Século XX**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996; **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998; **O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos: desenvolvimento e diplomacia na Ásia Ocidental Contemporânea**. Porto Alegre: Novo Século, 2000; **Da Era do Neoliberalismo**. Porto Alegre: Leitura XXI/ Novo Século, 2002; **O Brasil e o mundo: Política externa e desenvolvimento (1951-2002)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; **As Guerras Mundiais (1914-1945) O desafio germano-japonês à ordem anglo-americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003; e **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

IHU On-Line - Qual é a sua avaliação sobre a viagem de Lula para a China?

Paulo Vizentini - A iniciativa foi de grande envergadura e os resultados foram muito bons, tanto na área econômica como política. No atual estágio das relações econômicas internacionais, há um espaço importante para a cooperação entre os grandes países em desenvolvimento. Os grandes mercados do Norte já estão saturados ou ocupados por atores mais poderosos, mas a cooperação Sul-Sul é um espaço em construção. Mas há, igualmente, uma visão comum de construir-se um sistema mundial multipolar, e os dois são peças importantes neste processo.

IHU On-Line - O senhor acredita que os dois países poderão, de fato, firmar uma parceria nuclear? Poderão firmar uma parceria real em outras áreas?

Paulo Vizentini - A cooperação tecno-científica é antiga, dos anos 1970 e 1980, e sempre incluiu temas sensíveis, como o nuclear, satélites e até militares. O problema é que o Brasil, nos governos anteriores, por falta de dinheiro ou de visão de longo prazo, não soube aproveitar a oportunidade que a China oferecia. Agora parece haver uma real vontade política da parte brasileira. Quanto à questão nuclear, não há nada demais no que foi anunciado. Esperam-se, igualmente, avanços na área aeroespacial e militar quanto à cooperação bilateral.

IHU On-Line - Quais os seus prognósticos para a economia brasileira, depois dessa visita à China?

Paulo Vizentini - O comércio, os investimentos e projetos recíprocos e a cooperação técnica, sem dúvida, ajudam diretamente. Da mesma forma, ter um parceiro como a China aumenta enormemente nossa capacidade de barganha com outros atores. Mas acredito que a chave para nosso sucesso está aqui dentro. A integração sul-americana é um dos trunfos que estamos forjando. Mas a política econômica interna precisa ser mudada, no sentido definido pelo próprio governo, quando assumiu. Precisamos reforçar o mercado interno e a produção.

IHU On-Line - Qual deverá ser a atitude dos Estados Unidos, frente a esse movimento do Brasil em direção à China?

Paulo Vizentini - Os EUA, obviamente, observam com cautela a movimentação brasileira, que afirma nossa autonomia e nos projeta na grande diplomacia mundial, o que é necessário a um país que deseja ser membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das

Nações Unidas (ONU). Mas, felizmente, a Casa Branca está muito envolvida com o Oriente Médio e apenas pode criticar nosso projeto nuclear e estimular sua imprensa a criar um discurso político negativo sobre o Brasil. É importante que se observe que os EUA não têm mais força para fazerem tudo o que desejam.

IHU On-Line - O senhor acredita que "a Europa é o passado, a América, o presente e a China, o futuro", tal como escreveu o jornalista e economista italiano Frederico Rampini, no jornal *La Repubblica*?

Paulo Vizontini - A afirmação é bem sutil, mas não creio nela no sentido de países ocuparem o comando do mundo. Contudo, concordo se o que ele quis dizer é sobre a "filosofia" que orienta cada um deles. Os EUA, como potência hegemônica, estão voltados para o passado, e serão, futuramente, um bloco regional influente. A Europa está se reforçando, com o euro e sua independência diplomática. Já a China tende a ser a maior economia do mundo, individualmente, e um país poderoso. Mas ela não deseja ser a "sucessora", e sim um pólo de poder num mundo multipolar, regido por uma ONU renovada. Além dos EUA/North Free Trade Agreement (NAFTA) e da União Européia (EU), a Rússia com a Comunidade de Estados Independentes (CEI), o Japão com os Tigres, a China com seus vizinhos, a Índia com a Área de Cooperação Regional da Ásia do Sul (SAARC), a África do Sul com a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Brasil com o Mercosul e a América do Sul são pólos em afirmação, que estabelecerão redes e sistemas de equilíbrio de poder para um mundo multipolar, tendo a ONU como Fórum político. A "guerra ao terrorismo" apenas enfraquecerá os EUA. O modelo chinês, com inclusão social e um estado desenvolvimentista, também tende a ser o "futuro", para termos um mundo estável. Democracia e meio ambiente são temas em que a China ainda está avançando.

IHU On-Line - No plano internacional, a China é uma ameaça ou uma oportunidade?

Paulo Vizontini - Considerando o que foi dito acima, obviamente a China é uma oportunidade. Mas não se deve ter ilusões de ganhos fáceis, sem esforço. A China soube lidar com a globalização e tirar vantagens, quando ela foi fatal a países socialistas e em desenvolvimento. O positivo é que a China considera o Brasil um parceiro para construir um novo mundo. Então, o que precisamos é pensar grande e deixar de considerar apenas ganhos imediatos. As atuais estruturas internacionais nos são desfavoráveis e precisamos alterá-las, para poder ocupar um lugar relevante no mundo. Potências que desejam manter o sistema mundial como está, não servem como parceiras para um país em desenvolvimento. O que a China oferece é um mundo de poder e prosperidade compartilhados.

“O OCIDENTE IMAGINA A CHINA SEGUNDO OS SEUS PRÓPRIOS DESEJOS”

Entrevista com Hu Xu Dong

*O professor Dr. Hu Xu Dong concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** por e-mail, respondendo as questões em português. Ele observa que, historicamente, os ocidentais se interessam por aspectos parciais da realidade chinesa, ignorando a sua complexa totalidade. Atualmente, por exemplo, impressionam-se com o desenvolvimento econômico, sem atentar para o embate interno de diversos “discursos” sociais. Professor visitante no Instituto de Letras da UnB, Hu Xu Dong ensina Literatura Comparada e Teoria Literária na Universidade de Beijing. É doutor em Literatura Contemporânea Chinesa pela mesma universidade e também é poeta, tendo publicado três livros de poemas em seu país. A tradução literal dos títulos de dois deles é **Escrevendo perto da água** e **Leite do vento**. Ele relata que a totalidade das editoras chinesas ainda está*

sob o controle do governo, enquanto vigora uma tácita auto-censura entre autores e editores. Teme que a literatura local assuma um perfil demasiadamente mercadológico mas identifica, entre seus patrícios, escritores e poetas de qualidade internacional.

IHU On-Line - O escritor Zhang Lun, chinês exilado na França e autor do livro "La vie intellectuelle en Chine", declarou ao jornal italiano La Repubblica que o ocidente teme a China porque nada conhece do seu país. Disse que a China abriga uma complexidade cultural e social que os ocidentais sequer imaginam. E o senhor, tem uma opinião semelhante? O ocidente - e, em especial o Brasil - desconhece a China, de fato?

Hu Xu Dong - Eu concordo apenas em parte com esse ponto de vista do Zhang Lun. Na China contemporânea, especialmente desde o ano 1979, há fenômenos sociais e culturais bem complexos. Vários ingredientes discursivos (no sentido que Michel Foucault dá à palavra "discurso"), com vários reagentes, vibram e oscilam em uma "proveta" que se chama China. Nela estão, por exemplo, os discursos de modernidade/pós-modernidade ocidental; do nacionalismo jacobino, do marxismo revolucionário; da China antiga e elitista. Dentro da "proveta" China, esses discursos se debatem, entram em conflito, e ninguém sabe o resultado futuro. Desde o final do século XX, o Ocidente está novamente fascinado pela China como um gigante econômico. Algo semelhante ocorreu quando o Ocidente ficou fascinado pelo pensamento antigo da China, na época do esclarecimento, e quanto o Ocidente ficou fascinado pela riqueza do nosso país, na época da colonização. Todas essas fascinações foram fenômenos causados por visões parciais. Como Zhang Lun disse, a complexidade da cultura contemporânea na China não está à mostra, está escondida. Quem não conseguir ver o todo, deixar-se fascinar por fenômenos parciais, provavelmente vai compreender mal a realidade chinesa, vai perder a visão geral. De fato, quase todo mundo ocidental, inclusive o Brasil, sempre imagina a China, segundo os seus próprios desejos. Sobre o interesse pela China que agora acomete o Brasil, quero dizer que a China não se resume a taxas de crescimento econômico, ideogramas utilizados como decoração e outras manifestações culturais vistas parcialmente. Embora, claro, esse tipo de interesse possa ser criativo e resultar em coisas boas.

IHU On-Line - A propósito da vida intelectual chinesa, como o senhor a classificaria? Ela está se transformando tão rapidamente quanto a economia chinesa? Qual é o principal meio de comunicação de massa?

Hu Xu Dong - A vida intelectual na China contemporânea, especialmente a vida do intelectual humanístico, está à margem da sociedade desde os anos 1990. Na China antiga e na época do Mao, intelectuais eram cúmplices do poder político; mas nos anos 1980 (também conhecidos como a "época de liberdade de pensamento"), os intelectuais foram "cúmplices" da população. Desde os anos 1990, quando se acentua a reforma econômica, os intelectuais começaram ser desconsiderados como força política, popular ou mesmo comercial. Ansiosa por desenvolver a economia, à China falta sistema organizacional relevante para apoiar e estimular as ciências humanas e as manifestações artísticas (por exemplo, sistemas de patrocínio, estímulos e premiações, ampliação dos recursos nas universidades). Isso desanima os intelectuais. Mas há um fenômeno novo. Desde o começo deste século XXI, alguns intelectuais começaram a investigar a possibilidade de estabelecer parcerias com empreendimentos voltados à cultura de massas. Quanto ao principal meio de comunicação de massa, acho que é a internet, que, na China, tem uma importância que o Ocidente não pode imaginar. Ela contempla, em grande medida, as necessidades do povo no que se refere à liberdade de manifestação, de expressão.

No ano passado, as forças da voz pública expressas pela internet conseguiram, por exemplo, influenciar o governo a produzir algumas mudanças na constituição.

***IHU On-Line* - Qual é a situação da literatura chinesa? Como ela está sendo influenciada pelas mudanças que ocorrem no país? Que tipo de literatura é praticada? Quais são os principais autores, os temas abordados?**

Hu Xu Dong - A literatura contemporânea na China influenciou muito o povo na formação da sua cognição e da sua imaginação sobre o mundo durante os anos 1980 (especialmente o ano 1985). Popularizou as idéias e as formas relativas à vida ocidental moderna. Mas ainda não tínhamos um mercado maduro de literatura comercial, o terreno da literatura de vanguarda ainda não fora invadido. Depois de 1989, a literatura de vanguarda, que se autodenominava modernista ou pós-modernista, afastou-se da massa, cujo gosto pela leitura passou a ser construído por meio das propagandas dos livros mais vendidos. Ao mesmo tempo, na literatura vanguardista também ocorrem divergências e dilemas. Como lidar com a influência do Ocidente e a tradição chinesa? Como lidar com a crítica, o prazer do texto, como estabelecer um espaço estético comensurável entre a vontade do mercado e a liberdade de criação? Esses são alguns dos maiores dilemas. Além disso, desde o final do século XX, o uso da internet começou a desafiar as regras da sociologia literária e os padrões estéticos. Os romancistas mais famosos na China agora são Yu Hua (em *Viver* e em *História de vender sangue*, com um estilo simples, o autor elevou o sofrimento de pessoas comuns a uma altura de filosofia oriental); Wang An Yi (o romance *Canção de Ódio Eterno* dessa autora mostrou como uma mulher comum de Xangai interpretou a história chinesa no século XX, trabalhando com uma abordagem onde o indivíduo se destaca, privilegiando a microistória à macroistória); Mo Yan (em *Queixada Vermelha*, ele deu dimensões surrealistas às fantasias dos camponeses); Can Xue (autora que sempre mergulha na descrição de pesadelos, como em *Nuvem Velha*) e Han Dong (ele ilumina o cotidiano aborrecido através de uma narração mágica). Os poetas mais famosos são Zang Di (seus poemas representam uma simetria extraordinária entre a imaginação complexa e um contexto histórico também complexo) e Xi Chuan (seus poemas são considerados como um caleidoscópio de metafísica misturado com sabedoria popular).

***IHU On-Line* - Há dados disponíveis sobre o número de editoras e de leitores? Sobre as tiragens? São muitos os analfabetos?**

Hu Xu Dong - As editoras chinesas estão passando por um processo de reforma para se tornarem mais comerciais. É difícil precisar quantas são, nesse momento. Com certeza, todas as editoras ainda são públicas. Para abrir editoras particulares e estrangeiras ainda há obstáculos políticos. Em 2002, o número de livros vendidos foi de sete bilhões de exemplares. Em termos de mercado, isso representou cerca de 5,2 bilhões de dólares. A taxa dos analfabetos é de 11%.

***IHU On-Line* - Há programas governamentais de incentivo à leitura e à publicação de livros? Existe algum tipo de censura?**

Hu Xu Dong - O incentivo à leitura e a publicações por parte do governo chinês é muito fraco, além disso, o pior é que a cultura compreendida pelos intelectuais não é a mesma cultura compreendida pelo governo. No caso da publicação e circulação da literatura vanguardista, praticamente não existem incentivos governamentais. A censura na China é um fenômeno bem interessante. Na verdade, o governo chinês não tem um órgão especial para censurar livros, mas desde a época de Mao, entre os autores e editores, existe um tipo de autocensura. Quase todos autores e editores sabem quais temas são politicamente sensíveis e ninguém quer

abordá-los. Alguns livros foram proibidos depois de publicados por abordar temas políticos ou eróticos, mas ironicamente a proibição sempre funciona como um bom método de promoção. A maioria dos livros proibidos são literariamente de baixa qualidade e conseguem ser bem comercializados no mercado pirata. Mais irônico ainda é que estas obras ruins terminam por conseguir uma boa fama no mundo ocidental, especialmente nos Estados Unidos, beneficiadas pelo que resta da idéia de Guerra Fria. Existem alguns autores astutos que vêm aproveitando este fenômeno e só por isso quebram o acordo tácito representado pela autocensura. Tentar conhecer a China por meio de livros proibidos é um grande mal-entendido.

***IHU On-Line* - Quais os autores chineses (e suas temáticas) que o senhor destaca?**

Hu Xu Dong - Eu sou um poeta. Meu tema de doutorado é sobre poesia contemporânea, por isso eu conheço mais poesia do que prosa. Na área da poesia, eu dou importância à poesia depois dos anos 1990. Ainda que Bei Dao, que influenciou muito os jovens nos anos 1980, seja considerado pelo mundo ocidental como o porta-voz da poesia chinesa e quase tenha ganhado o Prêmio Nobel. Considero esse fato, aliás, um exemplo típico do desconhecimento ocidental sobre a complexidade cultural chinesa. Entre os poetas que eu prefiro estão nomes, como Zang Di, Xiao Kai Yu, Zhang Zao, Sun Wen Bo, Xi Chuan, que nasceram nos anos 1960, e poetas como Jiang Tao, Xi Ya Bing, Han Bo, Wang. As obras deles representam uma investigação sincera, partindo das sutilezas do real e chegando às fronteiras possíveis do risco literário. Familiarizados com as tradições poéticas orientais e ocidentais, hábeis no equilíbrio de concepções complicadas vividas pela China contemporânea, eles são poetas que têm a melhor qualidade, em nada inferior a excelentes poetas ocidentais que eu conheço por meio da leitura ou pessoalmente.

***IHU On-Line* - Quanto da literatura brasileira se conhece na China? Há obras literárias brasileiras publicadas?**

Hu Xu Dong - O conhecimento sobre literatura brasileira, entre os intelectuais em geral, é quase zero. Alguns intelectuais da área literária sabem um pouco sobre Jorge Amado, por causa das relações que ele manteve com o Partido Comunista Chinês. Há traduções da obra dele desde a época de Mao. Alguns autores chineses de pouca importância recentemente começaram a conhecer Paulo Coelho, que é da mesma qualidade deles, e é visto como um modelo de globalização e de boas vendas. Alguns intelectuais que se alimentam da literatura estrangeira provavelmente sabem um pouco sobre os poetas brasileiros mais importantes da Semana de Arte Moderna, ou conhecem alguns poetas da segunda geração do modernismo brasileiro, como Carlos Drummond de Andrade ou Vinícius de Moraes, por alguns poemas traduzidos para a língua chinesa, mas ninguém sabe da importância da poesia Concreta no Brasil nem ouviu falar disso. Estou traduzindo poemas do João Cabral de Melo Neto. Eu acho que, para todos os poetas chineses que usam ideograma visual como único tipo de sinal de escrever, a investigação visual e metapoética dos irmãos Campos¹ talvez não seja uma coisa nova, mas a sabedoria fria do João Cabral vai funcionar como uma referência, ajudando os poetas chineses a pensar nos recentes dilemas chineses na área de poesia.

¹ Augusto e Haroldo de Campos, poetas concretistas brasileiros. (Nota do *IHU On-Line*)

“OS GOVERNANTES CHINESES TEMEM E CONTROLAM AS PRÁTICAS RELIGIOSAS”

Entrevista com Benoît Vermander

*Padre jesuíta, professor e pesquisador, Benoît Vermander dirige e edita a revista mensal **Renlai**, publicada em chinês, em Taipei, capital de Taiwan, estimulando debates culturais e sociais interdisciplinares. Entrevistado por e-mail, Vermander descreve a vizinha China como um Estado com fortes traços autoritários. Reconhece que a vida intelectual chinesa está mais diversificada, mas destaca o controle imposto sobre as manifestações religiosas. Benoît Vermander também dirige as pesquisas no Instituto Ricci de Taipei (www.riccibase.com), que atua na construção de uma plataforma de contatos com os intelectuais chineses, em Taiwan e no Continente. O instituto inspira-se na obra de Matteo Ricci (1552-1610), missionário jesuíta que contribuiu marcadamente para a evolução da vida intelectual chinesa de então. É autor dos livros **Veilleur de Jour, peintures de Li Jinyuan, texte et poèmes de Benoît Vermander**, Toulouse: 1996; **Le Christ chinois**. Paris: 1998; e **Désarrois politiques: Les mythes émiétés**. Toulouse: Editions Privat, 1998.*

IHU On-Line – Como se desenvolve, em síntese, a vida intelectual chinesa, atualmente? As restrições impostas às práticas políticas abrangem as práticas culturais? O acesso à internet, por exemplo, é severamente controlado, como nos informam os meios de comunicação ocidentais?

Benoît Vermander - A vida intelectual está mais diversificada do que antes; há bastantes obras traduzidas, muitos debates entre intelectuais. Porém, ao mesmo tempo, existem leis muito severas, e o Ministério da Propaganda controla as publicações e a mídia. A sociedade civil tenta introduzir-se nas margens de tolerância concedidas pelo Poder, aproveitando ao máximo este espaço. De fato, o controle da internet é extremamente rígido. As autoridades têm consciência do potencial deste instrumento. As discussões nas salas de *chat* são animadas, mas a fiscalização é muito forte.

IHU On-Line – Como as autoridades chinesas administram o crescimento populacional? Há controle de natalidade? Persiste a preferência pelas crianças do sexo masculino, em detrimento das meninas? Qual a dimensão desta particularidade cultural?

Benoît Vermander - Não há mais crescimento demográfico. A população chinesa está envelhecendo e já enfrenta um excedente de população masculina que, com o tempo, provocará problemas sociais. O Poder tenta, em pequenas áreas e de maneira experimental, moderar a política do filho único, sobretudo nas classes mais abastadas, que têm a possibilidade de garantir a educação de um segundo filho. Podemos prever uma real flexibilidade na aplicação desta política, mas, por enquanto, o Poder procede por etapas, com timidez.

IHU On-Line – Como os dirigentes chineses tratam as questões religiosas? Existe liberdade de religião e culto? Existe algum tipo de discriminação religiosa?

Benoît Vermander - O Poder teme tudo que poderia ameaçar a ordem pública. A liberdade de práticas religiosas é admitida de forma restrita e delimitada às associações religiosas reconhecidas e unicamente em locais específicos. No momento em que estes limites são ultrapassados, existe um sério risco de repressão, em geral severa, embora a situação varie de província para província. Neste caso, temos, então, uma liberdade sob controle muito estrito. A religião não ocupa o lugar que deveria ter em relação ao crescimento da sociedade civil.

IHU On-Line – O senhor visita a China frequentemente?

Benoît Vermander - Viajo de Taiwan para a China três ou quatro vezes por ano e minha permanência é variável. Mantenho contatos, sobretudo, com os universitários e os artistas, organizo seminários e realizo um trabalho antropológico numa região de minorias étnicas no sudoeste da China, auxiliando também no desenvolvimento de uma escola primária piloto nesta mesma região.

IHU On-Line – Quais as suas informações sobre a situação do meio ambiente chinês?

Benoît Vermander - O meio ambiente é um dos principais desafios a serem enfrentados pela China. A poluição dos rios em suas nascentes talvez seja a questão mais preocupante. Também merece atenção a baixa qualidade dos produtos agrícolas devido à poluição do meio ambiente. Enfim, o carvão usado para os sistemas de calefação, assim como as empresas mais antigas, poluem terrivelmente as grandes cidades.

IHU On-Line – Qual a sua visão sobre as questões sociais e políticas? Há liberdades democráticas?

Benoît Vermander - Acho que as observações anteriores denotam claramente que o desenvolvimento político chinês continua lento, e que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

IHU On-Line – O famoso crescimento econômico chinês mostra uma face positiva para a maioria da população?

Benoît Vermander - O crescimento econômico melhorou consideravelmente o nível de vida da grande maioria da população. O que está preocupando a partir de agora é o significativo aumento das desigualdades que, somado à procura de uma certa evolução social, provocam, conseqüentemente, o êxodo rural e a presença de uma população marginal cada vez mais numerosa nas grandes cidades.

O POVO CHINÊS MOBILIZA-SE EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Entrevista com Zhu Jing Jiang

*Especialista em Antropologia Cultural, escritor, tradutor e produtor de filmes, Zhu Jing Jiang é também intérprete e guia para a **National Geographic** na China, desde 2001, e diretor da China Central Television [Televisão Central da China]. Entrevistado por e-mail, ele relata os grandes prejuízos causados ao meio ambiente pela imposição de um modelo de desenvolvimento a qualquer custo, mas declara-se otimista com relação à consciência ecológica chinesa e à preservação do meio ambiente em seu país. Entre outras, a razão por que, na sua opinião, os cidadãos chineses, estão transferindo para a militância “verde” o seu desejo cívico de participação, é estarem impedidos de opinar nas questões políticas. Essa postura tem influenciado os meios de comunicação e o governo, que já desenvolve bons programas de proteção ao ambiente.*

IHU On-Line - Há quanto tempo o senhor acompanha os problemas ambientais que ocorrem na China? Como o senhor se aproximou desse tema?

Zhu Jing Jiang - Venho acompanhando os problemas ambientais da China por mais de oito anos, desde minha graduação em Direito na Universidade de Beijing. Sou membro da Ecological Society of China [Sociedade Ecológica da China] e sou colunista da **China Environmental News** (um jornal oficial patrocinado pela Administração Estadual de Proteção ao Meio Ambiente da China) há mais ou menos 8 anos. De 2001 a 2003, colaborei com o World Wildlife Fund (WWF), fazendo documentários sobre problemas ecológicos e o meio ambiente

na parte oeste da China de onde vêm todos os grandes rios e a situação do meio ambiente é a pior no país. Em 2002, trabalhei na matéria sobre questões ambientais na China para a **National Geographic** como guia local e coordenador. O artigo foi publicado na edição de março de 2004 sob o título *As Crescentes Dores da China*. Atualmente, como candidato a doutorado de Antropologia Cultural, minha área de pesquisa é como manter a harmonia entre as pessoas e o meio ambiente, seguindo métodos e filosofias tradicionais. Foi assim que me envolvi no assunto.

IHU On-Line – Quais são os principais problemas ambientais enfrentados pela população chinesa? Esses problemas vêm se agravando? Como se originaram?

Zhu Jing Jiang - Para os chineses, o maior problema é o conflito com a nossa quantidade enorme de pessoas, o desejo de ficar mais rico e os recursos limitados que possuímos. Na minha opinião, o problema da água é o mais sério de todos. A China é um país de recursos pluviais desequilibrados. No noroeste do país, a falta d' água tem desacelerado o desenvolvimento da economia local e transformado a área oeste no local mais pobre da China. O maior rio do norte da China, o Yellow River (Rio Amarelo), quase secou até morrer e não fornece água aos residentes que lá vivem. Beijing, a capital da China, também tem pouco suprimento de água e o governo federal está dando início a um projeto gigantesco que irá canalizar água para outras províncias. Porém no sudeste da China, as enchentes, especialmente do Rio Yangzi, freqüentemente destroem lugarejos e cidades todos os verões. Embora os grandes rios e lagos da China estejam cheios d'água, praticamente todos estão poluídos, principalmente por indústrias químicas e de celulose. Algumas das substâncias liberadas são tão venenosas que as pessoas que vivem lá têm câncer e outras doenças, contraídas por beberem dessa água. As hidroelétricas também causaram problemas ambientais, porque “dividem os rios em pedaços” e desequilibraram todo o ecossistema. A poluição do ar é também um problema sério, não somente em áreas industriais ou de mineração, como também em cidades grandes como Beijing e Guangzhou, por causa do excessivo aumento de carros nos últimos anos. Muitas florestas foram destruídas e o desmatamento descontrolado foi oficialmente interrompido há seis anos. Campos e fazendas transformaram-se rapidamente em deserto e, por causa disso, Beijing sofre com tempestades de pó todos os anos. Ninguém pode dizer que a China possui um bom meio ambiente hoje. Mas, com a crescente consciência da sociedade sobre o problema, além de o governo começar a seguir políticas de desenvolvimento sustentável ao invés de perseguir o crescimento a qualquer custo, posso dizer que as coisas podem ficar melhor do que antes.

IHU On-Line - As grandes mudanças ocorridas na área econômica contribuíram para o agravamento desses problemas? Como?

Zhu Jing Jiang - Sim, as grandes mudanças econômicas, desde 1980, contribuíram para o agravamento dos problemas ambientais. Porém, antes do início da reforma iniciada por Deng Xiaoping, Mao Zedong, o primeiro Presidente da República Popular da China, fez um “grande estrago” com a natureza. Ele criou algumas leis para encher os lagos e os pântanos, destruir florestas e criar mais fazendas. Ele também incentivou o aumento da taxa da população, a qual atinge hoje o resultado de 1,4 bilhões de chineses, e agora todas essas pessoas precisam sobreviver. A reforma econômica de 1979 agravou ainda mais o problema ambiental, porque mais indústrias foram construídas, mais minas cavadas. Se o negócio era lucrativo, ninguém se preocupava com a proteção ao meio ambiente, a começar pelos lugarejos que possuíam pequenas fábricas de papel, ou moinhos, ou regiões carboníferas ou qualquer tipo de fábrica e isso nos lembra que o capitalismo iniciou na Europa e nos EUA há 150 anos atrás. Para atingir

a taxa de produção interna, os governos federal e local sacrificaram o meio ambiente sem muita hesitação. Por muito tempo, o meio ambiente não foi considerado como um fator de desenvolvimento, nem pelo governo, nem pelas massas.

***IHU On-Line* - Qual é a postura do governo frente a essa realidade? Há iniciativas positivas, programas de recuperação do meio ambiente sendo executados? Quais?**

Zhu Jing Jiang - O Governo Federal da China ignorava o problema ambiental e focava em um único objetivo: sucesso econômico. Porém, posso dizer agora que os novos líderes estão cada vez mais conscientes das situações ambientais quando criam leis políticas e econômicas. Em 1998, a China sofreu a mais severa enchente do Rio Yangzi, a qual levou à criação de uma política importante, proibindo o desmatamento ao longo da margem do rio e protegendo todas as florestas nativas que restaram no país. O governo chinês também está realizando um projeto gigantesco para transformar as fazendas novamente em florestas, campos, lagos ou pântanos, a fim de recuperar os ecossistemas originais. Esse é um grande passo. A administração local e a estadual de proteção ao meio ambiente eram impotentes para lutar contra as empresas que poluíam, mas que estavam ávidas para desenvolver a economia local. Atualmente, porém, a administração pode fazer mais para controlar a situação (como multar ou vetar o projeto). Depois que Hu Jintao tornou-se presidente da China, o novo governo diminuiu a importância dada à produção a qualquer custo e incentivou a política de desenvolvimento contínuo. Nos últimos anos, muitas fábricas que não puderam se adaptar ao controle de poluição, tiveram que fechar, e muito dinheiro foi investido para despoluir os rios e lagos como o Lago Dianchi na Província de Yunnan e o Rio Huaihe na parte sudeste da China — apesar dos efeitos ainda não serem visíveis.

***IHU On-Line* - O governo chinês permite a atuação de organizações não governamentais ou similares? A sociedade civil pode apontar os problemas e propor soluções?**

Zhu Jing Jiang - ONGs de proteção ao meio ambiente são muito ativas na China hoje. Uma delas, Friends of Nature [Amigos da Natureza], fundada por alguns intelectuais há dez anos e hoje com milhares de membros, é muito famosa junto a todas as ONGs e apóia muitos projetos de proteção ao meio ambiente tais como: o de antifauna e roubo de antílopes tibetanos; o de convencer o governo a reduzir o uso de sacolas plásticas descartáveis ou *chopsticks* (pauzinhos usados pelos chineses para comer); e o de oferecer educação de proteção ao meio ambiente gratuita em todo o país. Praticamente toda cidade grande possui uma ONG de proteção ao meio ambiente. Algumas sociedades internacionais como o WWF, IFEW, Greenpeace, Roots and Shoots e IP possuem escritórios na China e muito influenciam aqueles que criam as leis e ajudam a população local a proteger as florestas e rios. Algumas empresas grandes, como a Ford americana na China, dão prêmios aos ativistas todos os anos. Uma ONG de proteção ao meio ambiente tem muito mais chances de sobreviver na China do que ONGs religiosas ou políticas.

***IHU On-Line* - Como o senhor classifica a educação do povo chinês para as questões ambientais?**

Zhu Jing Jiang - Quinze anos atrás, quase ninguém na China sabia desses problemas ambientais, embora já tivéssemos sofrido suas dores por um bom tempo. Alguns intelectuais deram-se conta destas coisas depois de visitarem países europeus e ter a idéia de proteger o meio ambiente. Eles palestraram nas universidades e organizaram-se para influenciar a mídia e as massas. Posso dizer que hoje a maioria das escolas primárias na China possuem aulas de proteção ao meio ambiente. As crianças têm mais vontade de serem “verdes”, e elas

freqüentemente convencem seus pais a deixarem de ter hábitos prejudiciais ao meio ambiente. Universitários conseguem fazer mais para apoiar as atividades de proteção ao meio ambiente. Eles possuem suas próprias organizações. Pode-se dizer que, embora alguns governos locais e algumas empresas continuem a poluir o meio ambiente, não arriscam fazer isso publicamente. E a *vox populi* é ampla e incisivamente contra tais ações.

***IHU On-Line* - Qual é o papel da imprensa nesses assuntos? Ela consegue investigar, denunciar? Os meios de comunicação, em geral, mobilizam-se em favor da causa ambiental?**

Zhu Jing Jiang - Vejo que a imprensa chinesa tem assumido um papel cada vez mais “verde” nos últimos anos. Antes de 1993, nenhuma das mídias se preocupava com questões ambientais. O único jornal que tinha alguma preocupação com esse assunto, o **China Environmental News**, era uma publicação oficial sem muita importância. Mas, uma vez que mais chineses se conscientizaram sobre as questões ambientais, alguns jornalistas pensaram que seria uma maneira de criticar o governo sem muito perigo político. E os desastres ambientais influenciaram não somente o governo, como também toda a população. Desta forma, começaram a aparecer mais e mais reportagens sobre questões ambientais em jornais, revistas e programas de TV. A imprensa chinesa destacou alguns “heróis de proteção ao meio ambiente”, como os policiais que patrulharam o planalto tibetano a fim de combater os caçadores ladrões de antílopes, ou uma senhora que plantou árvores por mais de 20 anos, e eles também fizeram reportagens sobre alguns desastres ambientais mesmo enfrentando a ameaça de oficiais locais ou da polícia. Hoje temos alguns repórteres famosos de “notícias do meio ambiente” e apresentadores de rádio e de televisão. Cada canal de televisão possui seu próprio programa sobre o meio ambiente (A China Central TV tem dois: *Green Space* e *Green Homeland*). Há apenas um mês, alguns jornalistas colaboraram com ativistas de ONGs do meio ambiente para realizar um movimento de sucesso com o intuito de convencer o Premier Wen Jiabao a adiar o projeto de construção de uma hidroelétrica no Rio NuJiang na Província de Yunnan. Também por causa da divulgação pela imprensa, o governador da Província de Sichuan pediu desculpas em público por um acidente que poluiu um rio, na semana passada. A internet, como um novo meio de comunicação, tornou-se uma plataforma mais poderosa para demonstrar a opinião pública. Muitos problemas ambientais locais, primeiramente revelados por jornais locais podem ser republicados por alguns *websites* famosos e então se tornar notícia nacional. Embora os chineses possam não achar fácil criticar o sistema político da China, eles têm agido corajosamente contra os poluidores e seus chefes que ficam nos bastidores.

Para concluir, a China ainda precisa lidar com muitos problemas ambientais, mesmo estando em desenvolvimento por tantos anos. Precisamos vencer a dificuldade de manter o equilíbrio de atingir sucesso econômico e proteger o meio ambiente para nossos filhos. A boa novidade é que tanto o governo chinês, como os cidadãos chineses já acham necessário proteger o meio ambiente. Como viajei por todo o país, pude ver muitos homens e mulheres, adultos e crianças, chineses e estrangeiros fazer o que podem para contribuir para uma causa tão nobre de proteção dos nossos rios, terra e ar. Isso me traz esperança para o futuro.

UM DOS ESTUDANTES LEMBRA DA REPRESSÃO DE 15 ANOS ATRÁS

*Zhang Lun é o autor do depoimento a seguir, publicado no jornal italiano **La Repubblica**, em 4-6-04.*

Pedimos ao dissidente, um dos líderes da praça Tienanmen, hoje exilado em Paris, que falasse sobre suas lembranças ou fizesse uma reflexão sobre o massacre de 4 de junho. Zhang Lun estava na praça, quando o exército começou a disparar contra a multidão: naquele dia, conta, nasceu o país egoísta e individualista de hoje. “Aquela noite em Tienanmen vi morrer a nova China.” O depoimento foi registrado por Stefano Citati.

“Lembro daquela noite com tristeza. Recordo que a população de Pequim tentou bloquear a entrada dos tanques na praça Tienanmen. O exército, por sua vez, disparou contra os edifícios, contra as casas ao redor. Muitos morreram nas cozinhas, nas salas, atingidos pelos canhões. Pelas ruas, cadáveres mostravam os sinais dos golpes com os quais tinham sido mortos.

Aquela noite mudou a China e os chineses para sempre. Porque aquela noite representou também a libertação das consciências. Até então, o regime ideológico, fabricado pelo partido – iniciado com a revolução cultural – não tinha mostrado sinais de desgaste. O percurso das reformas implementadas, às escondidas, em 1978 provocou a ilusão de poder fazer parte da mudança, em tantos jovens, de poder reformar o regime do seu interior, não com uma revolução, mas pela participação direta.

Logo após o início das manifestações, esperavam-se novas aberturas, novas possibilidades de expressão. Ao invés, vieram os tanques, aconteceu o massacre. E após aquela noite, nasceu a convicção da traição: entendeu-se que tudo aquilo que tinha mudado até então tinha sido anulado. O espírito das pessoas mudou, os ideais morais que tinham sido construídos e cristalizados se dispersaram, o horizonte da revolução se desfez e se pensou somente nos próprios interesses pessoais.

Há quinze anos, começou a fase pós-Tienanmen, que dura até hoje, e que o regime mesmo continua a guiar e controlar. É a reforma econômica, este longíssimo período de progresso material que permite ao povo – não a todos, mas a uma boa parte – melhorar as próprias condições materiais, mas, ao mesmo tempo, que o destitui de interesses históricos e políticos. É a geração Tienanmen; os jovens, mas não apenas, participam da corrida econômica, excluindo outros interesses. E é exatamente isso que quer o regime: sobretudo na cidade, onde se concentram os esforços do partido, onde a estratégia de incentivo material teve e tem grande sucesso. Também porque, desde 5 de maio de 1989, os recursos do regime para deformar a realidade dos fatos na praça não se atenuaram nunca. Nos cinquenta dias de protesto Deng Xiaoping, entendi que o movimento podia abrir uma ferida mortal no regime e compreendi que as reformas não podiam ser aceleradas para salvar o partido, para garantir um futuro ao capitalismo chinês.

Aquela intuição de um tempo não foi jamais mudada radicalmente: funcionou até agora, permitindo que o partido governe tudo. Mas estou certo de que um dia esta memória reprimida e deixada de lado voltará à cena e o povo responderá enfim aos pedidos que foram expressos na Tienanmen. As questões fundamentais postas em 1989 não acabaram, não foram resolvidas, mas cristalizadas pelo regime, bem como toda a sociedade chinesa, pelo desenvolvimento econômico. Não vai durar para sempre: a distância entre as expectativas materiais e as ideais, morais, não podem se alongar para sempre. As diferenças sociais, que se acentuam cada vez mais, formarão um movimento pela mudança. Penso nos agricultores,

operários e naqueles intelectuais que tem vontade de relembrar e não somente de liberdade individual. Sem um fundamento institucional para esta vertiginosa mudança social, para esta transformação de harmonia social, uma nova Tienanmen – espero menos sanguinolenta, menos feroz – pode estar batendo à porta.”

NA CHINA, O DIVÃ NÃO É MAIS UM SONHO

Publicado no jornal **Libération**, em 5 maio 2004, o artigo a seguir refere-se aos psicanalistas que, apoiando-se nos lacanianos franceses, deram à luz uma escola chinesa. Escrito por Pierre Haski, o texto relata o sofrido avanço dos chineses em direção à psicanálise – proibida pelo regime comunista – e as esperanças que nela depositam para compreenderem o que se passa em suas mentes fustigadas por um desenvolvimento acelerado e por grandes mudanças sociais.

Foi há dez anos: Xiao Xiaoxi, jovem estudante da Universidade de Chengdu, no sudoeste da China, sentia-se atraída pela cultura francesa. *“Mandaram-me ver o professor Huo Datong, dizendo-me que ele vinha da França. Ele era um personagem misterioso. Ele me propôs fazer análise com ele, por 10 ienes (1 euro) por sessão. Eu nem sabia o que era análise, mas aceitei, sem saber onde isso ia dar.”*

Xiao Xiaoxi, 30, tornou-se também uma psicanalista. Ela tem dois pacientes em análise, que se destinam também a seguir o seu caminho. E esta jovem mulher, que aprendeu francês para ler Jacques Lacan, está traduzindo para o chinês um seminário do mestre. Ela logo irá à França, para aprofundar seus estudos. Juntamente com Xiao Xiaoxi, há oito analistas lacanianos agrupados em torno de Huo Datong, o “primeiro psicanalista chinês”, formado na França e, de volta à China, decidido a introduzir, no país de Confúcio e de Mao, uma disciplina antigamente proibida e ainda pouco conhecida. A ele se juntam vinte estudantes fazendo análise. Juntos, eles formam o primeiro círculo da escola lacaniana na China. *“O primeiro passo foi bem-sucedido, o segundo será dirigir-se à sociedade chinesa”,* comenta Huo Datong, cujo percurso Chengdu-Paris-Chengdu, passando pela etapa psicanalítica, serviu de modelo para o último romance de seu amigo Dai Sijie, *le Complexe de Di [O Complexo de Di]* (Gallimard).

Itinerantes

Coroando esta última etapa, cinqüenta psicanalistas europeus, a maioria franceses, membros do Interassociativo Europeu de Psicanálise, deslocaram-se, no mês passado, até a montanha de Emei, cerca de 200km de Chengdu, na província de Sichuan, para realizar um “seminário clínico”. *“Eu quis formar psicanalistas chineses de acordo com critérios internacionais. Nós tínhamos de realizar essa certificação da qualidade de nosso trabalho, para verificar se nossos métodos satisfazem esses critérios”,* explica Huo Datong.

Velhos itinerantes da psicanálise lacaniana descobriram, deliciados, novos herdeiros intelectuais, inesperadamente, do outro lado do mundo, tornando a China, que fascinava o próprio Lacan, em uma “nova fronteira” a ser conquistada. *“A psicanálise está em crise na França, e é maravilhoso ver o testemunho retomado na China”,* diz um dos participantes parisienses, entusiasmado. Eric Didier, um dos líderes de uma das “capelas” lacanianas da França, fez questão de dizer, antes de uma intervenção: *“É com imensa satisfação que trabalhamos com nossos colegas chineses.”* Já outro psicanalista aponta para o fato de que *“a psicanálise não é uma ciência exata. O que nós estamos fazendo, aqui, é transmissão de experiências”*.

A partida, no entanto, está longe de ser ganha. Sentado atrás de uma escrivãinha na tribuna, Qin Wei, jovem psicanalista chinês, lembra um garoto durante uma prova oral diante de uma assembléia de mandarins grisalhos. Estes últimos lhe reservam uma salva de palmas para incentivá-lo. O jovem chinês inicia a descrição de um caso clínico de uma jovem paciente que veio vê-lo depois de uma decepção amorosa. Pulsões sexuais, atos falhos em mandarim, sonhos, transferência, peso das tradições... toda a parafernália psicanalítica passa por ali, dominada pelo orador, que suscita um vivo debate e até mesmo algumas controvérsias. Os jovens chineses, longe de se sentirem intimidados pela presença de grandes nomes da psicanálise parisiense, se pronunciam, interpelam e interrogam, conquistando observações condescendentes dos visitantes estrangeiros: *“Eles entenderam tudo...”* De fato, durante estes quatro dias, os chineses demonstraram haver, não apenas aprendido a lição, mas se apropriado dela. Huo Datong ganhou sua aposta.

Com o nascimento deste pequeno grupo chinês, quem ganha a aposta feita também é um francês: Michel Guibal. Ele, também velho itinerante da psicanálise francesa, foi o analista de Huo Datong em Paris durante os anos 1980. Ele respondeu ao chamado deste último, quando ele se lançou em sua aventura chinesa. Diversas vezes por ano, Guibal viaja até Chengdu e desempenha o papel de intermediário entre a experiência lacaniana e a realidade chinesa, tendo fundado a Associação de Interação de Psicanálise Europa-China (AIPEC). *“Ele nos ajudou a refletir, ressaltou Huo Datong. E, graças a ele, a elaboração teórica avançou muito rápido. A sua ajuda foi preciosa e necessária para a criação de uma escola chinesa.”*

Michel Guibal e Huo Datong fixaram como tema para o seminário uma questão bastante ampla: *“Existem diferenças entre o inconsciente ocidental e o dos chineses?”* A maioria dos participantes evitou responder à pergunta... Datong desvia-se da pergunta, ressaltando o fato de que ele *“utiliza a singularidade chinesa para explicar coisas gerais. Trata-se de uma operação de mão dupla: uma interpretação psicanalítica da China e uma interpretação chinesa da psicanálise.”* Seja como for, para ele, *“a psicanálise não vai contra a cultura chinesa”*.

Matriz

O “primeiro psicanalista chinês” não tem medo das grandes dimensões de sua tarefa: *“A interpretação do inconsciente pelos analistas ocidentais foi determinada pela cultura ocidental. Talvez exista uma outra interpretação, a ser realizada com base na abordagem cultural? Talvez o conceito de inconsciente evolua?...”* Portanto, uma “escola chinesa” não seria, necessariamente, uma cópia fiel de sua matriz ocidental...

Há grande possibilidade de que surja mais de uma escola chinesa. Pois, tal como a psicanálise se dividiu na França depois da morte de Lacan, outras abordagens paralelas estão sendo construídas na China. Um outro grupo francês, batizado de Psicanálise na China, realizava, quase ao mesmo tempo, um outro seminário, na cidade de Xi'an, com um procedimento diferente: os participantes chineses eram provenientes da psiquiatria ou da psicoterapia existentes na China, enquanto os de Chengdu decidiram partir da estaca zero. Além desses conflitos, a China parece pronta, após duas décadas de rápido crescimento econômico e do renascimento de um individualismo até então recalcado, a deitar-se no divã. *“A psicanálise vai ajudar-nos a resolver os problemas apresentados pelo nosso desenvolvimento acelerado. Nós precisamos de sua ajuda”*, exclamou o presidente da Universidade de Sichuan quando da abertura dos trabalhos do seminário do Monte Emei. Nunca, em meio século, se escutou apelo tão sincero vindo de um oficial comunista chinês.

DESTAQUES DA SEMANA

Entrevistas da semana

Estamos republicando a entrevista que realizamos com o professor Wilson Cano, veiculada na 96ª edição, de 12 de abril de 2004, por ter saído com erros de compreensão por parte da redação de **IHU On-Line**. Ele fez as correções que julgou pertinentes na entrevista agora reproduzida. **IHU On-Line** pede desculpas aos leitores e ao entrevistado pelo falta de maior cuidado na edição da entrevista, ao mesmo tempo agradece ao prof. Wilson Cano a cuidadosa revisão.

COINCIDÊNCIAS E DIFERENÇAS NOS MODELOS ECONÔMICOS: GOVERNO MILITAR, FHC E LULA Entrevista com Wilson Cano

Wilson Cano bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou o doutorado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Na Unicamp, prestou concursos para livre-docente, professor adjunto e professor titular. Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas no período de 1982 a 1986. É professor do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. Cano estuda os problemas do Brasil e da América Latina há mais de 30 anos. Trabalha para identificar as razões que levam ao subdesenvolvimento. Seus livros mais recentes são: **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora UNESP, 2001; **Soberania y Política Económica en América Latina**, 2001; e **Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

IHU On-Line – Qual é o significado de fazer memória dos 40 anos do golpe de estado acontecido em 1º de abril de 1964?

Wilson Cano – Sempre é bom lembrar um momento crítico pelo qual o povo pode ter passado, uma revolução, uma catástrofe, uma guerra, um golpe militar, enfim, é uma data extremamente significativa. A ditadura já passou. Nós conseguimos reingressar num processo de redemocratização do País, mas é sempre bom lembrar o significado daquilo, principalmente para que se possa fazer um balanço da história e tentar indagar que efeitos aquele fato social gerou, positivos e negativos, e como eles se desenrolaram ao longo do tempo desses 40 anos.

IHU On-Line - Em relação ao modelo econômico do governo militar, como o senhor o descreveria?

Wilson Cano – A economia brasileira, como quase toda a economia latino-americana, estava vivendo a crise do início e meados dos anos 1960, que decorre do esgotamento do processo de crescimento via substituição de importações. Quase toda a América Latina ingressou nesse processo de industrialização, a partir da recuperação da “Crise de 1929”, intensificando-a desde o pós-guerra até o início da década de 1960. Eu chamo isso de uma “industrialização mais fácil”, pois envolvia a implantação ou expansão dos setores “leves”, com exceção de Brasil, Argentina e México, que já introduziam alguns setores mais complexos. Isso foi possível graças a uma série de circunstâncias internas e externas e a uma decisiva vontade política de defender a economia nacional diante da grave crise externa e interna. O Brasil havia dado passos muito

mais avantajados e havia montado uma indústria de bens duráveis e principalmente uma indústria de bens de capital. Nesse sentido, ele é quase uma exceção na América Latina, salvo uma pequena proporção da indústria argentina que também havia avançado nesse setor. No esgotamento desse processo de crescimento anterior, a economia e a sociedade exigiam uma série de reformulações profundas para que se pudesse repensar outra alternativa de crescimento.

IHU On-Line- Que reformulações eram essas?

Wilson Cano- Primeiro, havia o Estado antigo, que era o estado de 1929, todo remendado ao longo desse processo, que precisava de uma reestruturação, e notadamente reclamava uma reforma fiscal e tributária de envergadura. Em segundo lugar, a economia já era muito diferente, mais complexa; nós tínhamos ingressado na industrialização e portanto o sistema financeiro reclamava, também, reformulações que pudessem ampliar e regulamentar o crédito ao consumidor, porque as pessoas queriam comprar geladeira, televisão, automóveis, e não apenas utensílios mais baratos. A indústria e a agricultura também demandavam financiamentos mais pesados de longo prazo. Os nossos sistemas financeiros eram completamente inadequados para atender a essas reclamações. Além disso, havia outros tipos de problemas latentes. A esquerda reivindicava uma série de reformas, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária, a reforma do ensino. Como perdemos essa oportunidade histórica, para o golpe militar de 1964, quem fez as reformas foi a direita, não exatamente como nós pretendíamos, mas fez para atender principalmente aos interesses preponderantes do capital e não do povo.. De qualquer forma, algumas dessas reformas foram extremamente positivas para a continuidade de crescimento do País. Por exemplo, a reforma tributária, a instituição da correção monetária que permitiu ao estado corrigir a sua dívida e seus títulos e, portanto, ampliar o seu financiamento, a reforma do sistema financeiro que aumentou o crédito ao consumidor, a reforma do crédito rural, a reforma para o financiamento de bens de capital no BNDE, e outras. Além disso, foram feitas outras coisas, que nós não desejávamos, como a eliminação da estabilidade do trabalhador, em troca do fundo de garantia. Outras coisas foram bem feitas, como a instituição da caderneta de poupança e o sistema federal de habitação, que, no início, tinha como objetivo atender as demandas de habitação das classes de menor renda, e que mais tarde re restringiu mais às classes médias. Esse período de reformas foi positivo e é ele que vai permitir o primeiro avanço colossal que se dá na primeira fase do “milagre brasileiro”. Entre 1967 e 1970, o crescimento é vertiginoso, em torno de 10% ao ano. O crescimento era “fácil”, porque havia capacidade ociosa no setor privado. O estado teve as suas finanças revigoradas, com o que pode ampliar o gasto público, o investimento e os gastos de custeio. No período de 1970 a 1973, na continuidade do “milagre”, os militares, percebendo que a economia, crescendo a uma taxa tão alta, trazia uma série de efeitos econômicos e políticos importantes para eles, como por exemplo, o aumento do emprego, com o que a classe trabalhadora não reclamava dos salários baixos ou de desemprego que não havia mais. A classe média, porque, com o avanço da industrialização, se criaram muitos postos de trabalho modernos, de nível qualificado, com salários mais elevados com o que teve maior ascensão social. O empresariado, porque ganhou “como nunca”, não só graças ao elevado crescimento, mas também pelo crédito mais fácil e muitas vezes subsidiado. A agricultura se modernizou, etc. Porém os militares acharam que poderiam continuar, no futuro imediato, crescendo a taxas tão altas como 10%. Geisel, que assumiu em março de 1974, tentou conduzir a política econômica na mesma direção. Contudo, esta já se defrontava com o problema do processo inflacionário, com o problema de balanço de pagamentos, e com dificuldades de financiamento externo. Então teve que fazer uma política de ajuste, mas ele insistiu na mesma tecla no

sentido de atingir a meta de converter o Brasil na Quarta potência econômica mundial,. Um erro gravíssimo que ele cometeu, porque nós demos passos muito maiores que nossas pernas permitiam.

IHU On-Line- Sua leitura, então assinala fatos positivos e negativos no modelo econômico do governo militar?

Wilson Cano- Os fatos positivos são: a taxa de emprego foi fenomenalmente alta, o PIB cresceu, como tinha crescido nos anos 1930, ou seja, mais de 10% ao ano. A urbanização avançou sobremodo, nós ampliamos consideravelmente a classe média, modernizamos parte da agricultura e uma parte substancial do setor industrial. Os fatos negativos são: nós tivemos um crescimento tão elevado da produtividade que poderíamos ter praticado uma política de redistribuição de renda bastante considerável, e isso não foi feito. Em segundo lugar, para que a classe média fosse cooptada e apoiasse os militares, eles passaram a desviar parte substancial dos recursos da política de habitação para o financiamento da habitação da classe média e menos para o financiamento das classes populares. Em terceiro lugar, piorou a distribuição de renda. Em quarto lugar, não se fez a reforma agrária. Passados mais alguns anos, a partir de 1976, 1977, os problemas internacionais começaram a se agravar. O segundo choque de petróleo (o primeiro foi em 1973), em 1979, a inflação internacional e a crise financeira internacional cresceram e, no período de 1977 a 1979, o capital financeiro internacional começou a “fechar as torneiras” para os países subdesenvolvidos. Isso significava sustar todo aquele processo de euforia e elevado crescimento, porque ele estava calcado no financiamento externo via endividamento. A maioria dos países latino-americanos fez isso. Endividaram-se, porque era muito fácil obter empréstimos internacionais, e a taxa real de juros, durante muitos anos, foi negativa. Todos incorreram no mesmo problema e todos também tiveram como objetivo transformar a sua agricultura, transformar a sua indústria e tentar com isso alterar a estrutura da pauta exportadora. Hoje nós temos uma pesadíssima herança negativa que é a dívida externa e a dívida pública interna, decorrentes desse processo.

IHU On-Line – A origem da dívida externa e interna estaria naqueles anos?

Wilson Cano – Entre 1968 e 1973, 1974, 1975. É essa a origem de sua vertiginosa expansão.

IHU On-Line – A partir dessas bases, desses alicerces, como foi nos anos posteriores?

Wilson Cano – No meu livro ***Soberania e Política Econômica na América Latina*** (Unesp, 2000), eu denomino esse capítulo de “O sonho acabou?”. O financiamento externo foi totalmente cortado, a inflação contaminou praticamente todos os países latino-americanos, em especial o Brasil, México e a Argentina, caminhamos para inflações muito elevadas e tivemos a década de 1980 quase inteira como a década perdida, porque ficamos como um cachorro, querendo morder seu próprio rabo. Ou seja, tentando conter a inflação e resolver o problema de balanço de pagamentos. Não se resolveu absolutamente nada, se perderam 10 anos com um crescimento medíocre, com inflação alta, com falta de criação de empregos, com piora na distribuição de renda, e com o agravamento dos problemas sociais latino-americanos, principalmente problemas urbanos, como pobreza, habitação, saneamento, educação, saúde, etc. Na redemocratização brasileira, a partir de março de 1985, que pensávamos que poderíamos curar nossos males, permanecemos com os mesmos problemas estruturais econômicos.

IHU On-Line – Quais teriam sido outras alternativas econômicas, quando se esgotou o “milagre econômico”?

Wilson Cano – Infelizmente não foi possível juntar em uma mesma mesa Brasil, Argentina e México, principalmente esses três, que respondiam por um peso muito grande da dívida externa dos países subdesenvolvidos, em especial da América Latina, porque esses países estavam fragmentados por interesses externos muito diferentes. O México com seus interesses colados na economia norte-americana, a Argentina com um pressuposto ideológico muito complicado, pró-americano, tentando conduzir o estado argentino para uma forma liberal. Com isso sofreu uma desestabilização do mercado interno. Então eles não se uniram para tentar fazer uma frente para enfrentar o capital financeiro internacional, tentarem obter, no mínimo, uma negociação da dívida externa em bases mais condizentes com as necessidades da população. Isso não foi feito ou não foi possível, de qualquer maneira. Houve até ensaio para essa tentativa com os presidentes Alfonsín e Sarney em 1985, que resultou na criação de uma associação de livre comércio entre os dois países, que mais tarde se converteria no Mercosul.

***IHU On-Line* – Haveria possibilidades de estabelecer semelhanças e diferenças entre o modelo instalado pelo golpe militar, o modelo posterior do governo FHC e o modelo econômico atual do presidente Lula?**

Wilson Cano – Nós tivemos um período de largo crescimento entre 1967 e 1980. Depois tivemos, na década de 1980, uma paralisia, houve o problema da inflação, juros, de resolução do problema da dívida externa, da corrosão fiscal e financeira do estado nacional, etc. Depois, nos anos 1990, foi o neoliberalismo, que no início agravou ainda mais os problemas de inflação, e a partir de 1994, os da dívida pública, e da dívida externa, etc. Só que agora a política econômica adotada (salvo, até o momento, parte da política externa), representa a continuidade do modelo neoliberal. Antes, pelo menos, nós tínhamos salvaguardas, nós tínhamos grau de proteção para nossa economia e para nosso emprego e tudo isso foi jogado fora com a política de abertura comercial e financeira, a partir já do governo Collor, em 1990. Nós jogamos fora tudo isso.. Atualmente a situação é parcialmente diferente; as políticas são diferentes, em relação às dos anos 1980, mas continuamos como cachorros, querendo morder o próprio rabo. Estamos tentando evitar que a inflação suba, tentando inutilmente evitar que a dívida pública interna suba muito, e tentando fazer com que o problema da dívida externa não se torne um problema ainda mais grave. Temos uma mesma política econômica de curto prazo, tentando buscar inutilmente a estabilidade a todo custo e com isso estamos repetindo os mesmos erros da década de 1980, só que piorados, porque além de não crescermos praticamente nada, como nos anos 1980, agora a situação, com a mudança das tecnologias, com uma série de mudanças na estrutura produtiva fizeram com que o desemprego na América Latina mais do que duplicasse. Então nós estamos numa situação muito pior do que nos anos 1980.

***IHU On-Line* – A geração que está governando foi uma geração que lutou contra o golpe militar e contra o governo militar.**

Wilson Cano – Sim, tanto as hostes do PSDB como as do PT foram contra as políticas ortodoxas monetárias, contra esse controle férreo do gasto público, contra as privatizações, contra tudo. Só que, os primeiros, deixaram a chamada herança maldita enquanto os segundos estão ampliando-a.

***IHU On-Line* – O que está faltando? Vontade política?**

Wilson Cano – Essa é uma pergunta de caráter político muito complicada. Eu mesmo fazia parte da assessoria do PT. Fazia parte do grupo mais alto de economistas do Partido. Esses anos todos ficamos discutindo e escrevendo, fazendo o programa do partido. Eu não fui para o

governo, tive uma briga muito séria dentro do partido em julho de 2002, porque me rebelei contra algumas coisas que estavam sendo propostas, como por exemplo, a da independência do Banco Central. Assim, me afastei e fui afastado.

IHU On-Line – Seu afastamento do PT foi por causa do modelo econômico que se preparava para quando Lula fosse governo?

Wilson Cano – Vejamos isso melhor. O programa – do qual sou um dos autores -, só foi inteiramente abandonado a partir da posse do governo. Em 6/2002, a Carta aos Brasileiros, a despeito de conter expressões como as de que o novo governo respeitaria os contratos, mantinha as linhas principais do programa. O que ocorreu é que a partir daí, a campanha passou a ter maiores sinais conservadores, e por isso me rebelei. Justamente, a partir da posse, eles estão dando continuidade ao modelo neoliberal do Fernando Henrique Cardoso. A única solução acertada é parte da política externa. Vamos ver até onde isso vai ser possível. Mas, de resto é a mesma coisa.

IHU On-Line- Na atualidade o senhor continua sendo um dos assessores econômicos do governo, tem alguma participação?

Wilson Cano- Não, nenhuma. Não me retirei do partido, porque ainda tenho alguma esperança, não sei se é ingenuidade minha, de que se possa discutir e mudar isso dentro do partido. Cada dia que passa, contudo, vejo isso mais longínquo.

IHU On-Line- Se o governo estivesse mais aberto a escutar os economistas e intelectuais mais críticos, haveria uma mudança?

Wilson Cano- Você vê o que está se passando agora, com discursos complicados e cada vez mais ambíguos, que, aparentemente, estariam revelando uma luta interna no poder, dividindo, de um lado, possíveis “desenvolvimentistas”, e de outro, ortodoxos monetaristas(!). Na verdade, está sendo encoberta uma luta interna dentro do governo. O discurso do Palocci alguns dias atrás na televisão é sintomático. Ele insistiu que a manutenção da política econômica ia ser a mesma. Aparentemente, desautoriza o presidente que, um dia, apregoa boas novas futuras, logo depois negadas por Palocci. O acontecido com José Dirceu e o tratamento dado a ele pelo partido desviou a atenção da política econômica. Estamos sendo bombardeados por essa coisa de corrupção. Eu não sei se houve ou não a citada corrupção. Mas esse fato está sendo usado para bombardear a parte do governo que, aparentemente, quer mudanças.

IHU On-Line- E o senhor acha que essa tentativa de mudança é representada pelo Ministro José Dirceu?

Wilson Cano- Em alguns fragmentos de discurso, algumas atitudes, declarações tenho visto isso. O partido está amordaçado com essa política econômica que aí está. E o pior, é que está, com isso, negando suas origens e amordaçando sua militância. A continuar esse “andar da carruagem”, poderemos sofrer um processo de profunda deterioração política, e, com isso, não só dar continuidade à péssima situação econômica e social, mas deixar o Partido pender cada vez mais para a direita. O riso, a longo prazo, é de a esquerda ter de esperar outros 25 anos por uma nova oportunidade histórica, como a que estamos perdendo desde o início de 2003.

Entrevista da semana II

CULTURA LIVRE

Entrevista com Lawrence Lessig

*Jamais houve um período na história em que nossa cultura foi tão controlada como hoje. A principal causa disso, afirma Lawrence Lessig, professor de direito da universidade Stanford, é a lei. Autor do recém-lançado **Free Culture: How Big Media Uses Technology and the Law to Lock Down Culture and Control Creativity** (Cultura Livre: Como a Grande Mídia Usa a Tecnologia e a Lei para Obstruir a Cultura e Controlar a Criatividade), Lessig está no Brasil para discutir a implementação do Creative Commons, do qual é um dos criadores.*

*A obra pode ser baixada gratuitamente de www.free-culture.cc. De acordo com sua licença, **Free Culture** pode ser redistribuído, copiado e até reutilizado em outros livros, desde que para fins não-comerciais e que, ainda, o nome de Lessig seja citado. A entrevista foi publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em 3 de junho de 2004. O **IHU On-Line**, n.º 69, de 4 de agosto de 2003, publicou a matéria de capa sobre este tema, sob o título A era da informação e o direito de propriedade. Softwares livres, hackers e reforma agrária.*

Folha - Que mudança a internet trouxe ao modo como a cultura é produzida atualmente?

Lawrence Lessig - A tecnologia digital, não só a internet, possibilitou às pessoas produzirem cultura de uma maneira nova. A possibilidade de se ampliar conteúdo e remixá-lo, fazer colagens. E, por ser tão barata, mais pessoas podem participar criativamente.

Folha - O que você quer dizer quando se refere a "cultura livre"?

Lessig - Devemos pensar cultura livre como expressão livre, mercado livre ou sociedade livre. Não significa que não haja propriedade, mas que os limites da propriedade estejam balanceados por valores importantes de acesso e democratização de conteúdo. É um ideal que a maioria das sociedades livres respeita. Os Estados Unidos certamente respeitaram por muito tempo, mas acho que perdemos isso recentemente.

Folha - Dá para detectar o momento em que os EUA deixaram de ser uma cultura livre?

Lessig - Não tenho certeza. É como o sapo colocado em uma panela de água fervendo. Ele nunca percebe até que seja tarde demais. Estamos vendo isso acontecer. Já faz parte de nossa segunda natureza pensar que você precisa de permissão para fazer qualquer coisa com a cultura. E essa é a característica mais perigosa do sistema legal que está nascendo.

Folha - No livro, você afirma que a inovação técnica prevaleceu sobre os monopólios no passado. A internet não está conseguindo?

Lessig - Há duas coisas acontecendo. Uma é a atitude com a propriedade. Estamos mais céticos a respeito do poder que o *copyright* dá aos monopólios. A segunda é que esse poder está mais forte agora do que jamais foi. Ele é mais invasivo e cobre todas as áreas.

Folha - As gravadoras continuam processando quem baixa músicas ilegalmente. O que o faz esperar que isso mude em curto prazo?

Lessig - Acho que a indústria já venceu a batalha no curto prazo. Escrevo para alertar as pessoas do porquê de esse resultado ser algo com que deveriam se preocupar.

Folha - Você tem esperança?

Lessig - Não. Quero dizer, em certo contexto. Quando vou ao Brasil e vejo o que Gil está fazendo, acho que isso pode funcionar como uma mensagem alternativa ao governo dos EUA. É um grande motivo para ficar esperançoso. Vamos ver as conseqüências.

Folha - Como convenceria um artista a adotar o Creative Commons?

Lessig - No momento, dou a ele a chance de experimentar. Ver se ajuda a divulgar e vender sua música e encorajar outras inovações criativas em torno da obra. Se a experiência for ruim, vá tentar alguma outra coisa. Não deve haver uma ideologia que pregue um único modo de produzir e distribuir música e que quem se desviar disso passe a ser um criminoso.

Livro da semana

Mudar o mundo sem tomar o poder. John Holloway, São Paulo: Ed. Viramundo, 2003

A síntese do livro que destacamos na presente edição foi feita por Cesar Sanson, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, com sede em Curitiba, PR. Cesar Sanson é mestre em Sociologia das Organizações pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). A apresentação da síntese do livro foi feita na série Abrindo o Livro, uma iniciativa do CEPAT e do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, no dia 11 de maio de 2004, em Curitiba.

*O autor do livro, John Holloway, escocês, é professor da Universidade Autônoma de Puebla (México). Há muitos anos, no México, estabeleceu fortes relações com o movimento zapatista e o movimento piqueteiro da Argentina, de onde tirou grande parte da inspiração para a sua produção intelectual. Holloway desenvolve a tese de que “as tentativas de mudar a sociedade através do Estado ou da tomada do poder estatal fracassaram, tanto em suas formas revolucionárias como em suas formas reformistas”. Trabalha com as categorias de antipoder (a luta pela construção da sociabilidade num mundo extremamente fetichizado) e do poder-fazer (a capacidade de criar a “dignidade rebelde”). O livro ganhou rápida notoriedade, particularmente em meios acadêmicos da Argentina e do México e vem suscitando um intenso debate. Nascido em Dublin, na Irlanda, John Holloway doutorou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Edimburgo, Escócia, onde lecionou de 1972 a 1998, tendo-se diplomado ainda em Altos Estudos pelo Collège d'Europe. **IHU On-Line** realizou uma entrevista com John Holloway, publicada na 89ª edição de 12 de janeiro de 2004. Na mesma edição consta uma resenha da livro que hoje resgatamos.*

Os subtítulos do artigo que segue atendem à chamada dos capítulos do livro. Os capítulos 5 e 6 do livro foram reunidos em um só, sob o subtítulo Fetichismo - fetichização e a crítica.

*John Holloway publicou no final de 2003 o livro **Keynesianismo, una peligrosa ilusión**. O prólogo do livro se intitula Chávez, Lula, Kirchner. O autor analisa as mudanças que representam estes três presidentes e se pergunta: terminarão estas esperanças em decepção e desilusão? É inevitável? É possível lograr uma mudança radical ou significativa através do Estado?*

1. O Grito

No princípio era o grito. Nós gritamos. Um grito de tristeza, de horror, de raiva, de rejeição. É um grito de NÃO à mutilação de vidas provocadas pelo capitalismo. Não queremos esse mundo. Sabemos porque gritamos, mas queremos fundamentar as razões do nosso grito. Sentimos a necessidade de estudar a teoria política e social. Ir além da academia que explica o grito, mas não articula o grito. Quem somos esse “nós” que gritamos. Somos todos. De forma consciente e inconsciente. Somos um nós antagônico, confuso. Somos – todos – moscas presas numa teia de aranha. Temos que partir da teia – “olhar a teia de fora... que sonho”, não

existe exterioridade, estamos dentro. É um grito bimensional, bifacético. Exprime uma tensão. É um grito de ira, mas também extático. É um grito entre o que existe e o que poderia existir, entre o indicativo (o que é) e o subjuntivo (o que pode ser). O grito é a explosão da não identidade – dos que se recusam ser “classificados”. Expressão da existência presente do que se nega e do que se deseja. É um grito de horror, mas também de esperança.

2. Mais além do Estado

No princípio era o grito. E depois? O que fazer para por fim à exploração? Como mudar? Temos uma resposta: podemos fazer isso por meio do Estado. “Entre para um partido político, ajude-o a conquistar o poder e mude o mundo”. Ou ainda, “entre para uma organização revolucionária, ajude-a a conquistar o poder estatal – por meios violentos ou não-violentos – e mude o mundo”. Mudar o mundo por meio do Estado: esse é o paradigma que predominou o século que se passou. O clássico debate entre Rosa Luxemburgo e Bernstein: reforma ou revolução. Porém os desacordos não encobriam um “acordo”: os dois enfoques se concentravam no Estado. A idéia de que a conquista do Estado é o centro para irradiar a mudança foi um rotundo fracasso. Um fracasso histórico. Do outro lado, a experiência social-democrata levou ao capitalismo. O equívoco: essa visão fetichiza o Estado e o abstrai da rede de relações em que está imerso. A luta é instrumentalizada, se torna um meio. Essa é uma luta perdida desde o início, a lógica do poder se converte na lógica de relações de poder. Não se pode construir uma sociedade de relações de não-poder por meio da conquista do poder. Ao se chegar no que se quer, se chega também no que não se quer. Ambos os enfoques: reformista e revolucionário fracassaram completamente.

3. Mais além do poder?

Se não se pode mudar o mundo por meio do Estado, então como poderemos fazê-lo? A única maneira é apostando ainda mais alto. O que falhou, é a idéia de que a revolução significa tomar o poder para abolir o poder. Agora se trata de ser muito mais exigente. O desafio: mudar o mundo sem tomar o poder. Ingenuidade? Como se pode mudar o mundo sem tomar o poder? Não sabemos. Mas é preciso ir buscar a resposta tanto na teoria como na prática. Esqueçamos o medo do ridículo!

Construir uma teoria. O conceito do poder. Voltar ao começo. O grito é bidimensional: ira e esperança. O grito implica fazer, na ação. O fazer é negação prática, o fazer muda, nega um estado de coisas dadas, o fazer vai mais além. O fazer é central em nossa preocupação, porque é pré-condição material para viver. O fazer implica movimento. O fazer é inevitavelmente histórico. O fazer implica ser capaz de fazer. O fazer implica poder, poder-fazer no sentido bom. Trata-se do poder-fazer, do poder-para. Esse poder-fazer nunca é individual, sempre é social, sempre faz parte de um fluxo social. Quando o fluxo social se rompe, é porque o poder-fazer se transformou em poder-sobre. O fazer se rompe na medida em que alguns determinam e outros executam. O poder-fazer se converte em poder-sobre. O poder-sobre é a ruptura do fluxo social do fazer. No capitalismo, os fazedores ganharam liberdade pessoal, mas ainda se acham em uma posição de subordinação em função da fratura coletiva do fazer. Os subordinados vendem sua capacidade-de-fazer.

A base da dominação é a propriedade, os meios de fazer (os meios de produção). O que se faz se separa do feito. O fazer se separa do feito. O sujeito se separa do objeto. Mas o feito, o fato (o objeto), nunca deixou de depender do fazer, ele precisa do fazer. A ruptura do fazer não significa que o fazer deixa de ser social. O capitalismo não se baseia na propriedade das pessoas, mas na propriedade do fato (do objeto). Importante: a conversão do poder-fazer em poder-sobre, rompe tudo – o fluxo social, rompe o nós coletivo, quebra a humanidade. Torna os

fazedores objetos, procura coisificar tudo. Mas onde está então o poder-fazer emancipatório? Onde está o fluxo social do saber? Esse poder-fazer já existe na forma de poder-sobre, na possibilidade de sua negação. Voltamos: o feito depende do fazer, o proprietário do feito depende do fazedor. O capitalismo depende do trabalho alienado que o cria. Essa é a debilidade de qualquer sistema de domínio e a chave para se compreender a sua dinâmica. Esta é a base da esperança. A luta do grito é a luta para libertar o poder-fazer do poder-sobre. Mas atenção: a luta para libertar o poder-fazer do poder-sobre não é para construir um contrapoder, mas sim um antipoder. O antipoder não é um contrapoder, mas algo mais radical: é a dissolução do poder-sobre.

A ciência social vê o poder como algo que separa o sujeito do objeto - aceita como verdadeiro. Para nós há uma vulnerabilidade no poder que reside no aspecto de que o fato depende do fazedor, o capital depende do trabalho alienado, o poderoso depende do despojado de poder. E esse é o grito do antipoder, nada está determinado. O capital só pode existir como produto do fazer transformado – o trabalho alienado – e esta é a chave de sua debilidade. A chave da debilidade do poder e a possibilidade do antipoder se encontram, por mais paradoxal que possa ser, no fetiche.

4. Fetichismo: o dilema trágico

Fetichismo é o termo que Marx utiliza para descrever a ruptura do fazer. É o núcleo da discussão de Marx sobre o poder e é fundamental para qualquer discussão em relação a mudar o mundo. É o conceito central do argumento deste livro. O conceito é imprescindível para se compreender a autonegação do fazer. O jovem Marx não analisa a autonegação do fazer em termos de fetichismo, mas em termo de 'alienação' ou de 'estranhamento'. Portanto o trabalho alienado é a conversão ativa do poder-fazer em poder-sobre. A ruptura entre o fazer e o feito é apresentado logo no início do Capital: "a mercadoria é em primeiro lugar, um objeto externo, produzido por nós, mas situado fora de nós, a mercadoria assume vida por si mesma e ela é o ponto de fratura do fluxo social". A partir da mercadoria, Marx se desloca para o valor, dinheiro, o capital, o lucro, a renda, os juros – formas cada vez mais ocultas e sofisticadas da supressão do poder-fazer. No Capital, Marx se refere a esse processo de ruptura não como alienação, mas como fetichismo. O fetichismo da mercadoria é, em consequência, a penetração do poder-sobre capitalista no núcleo do nosso ser, em todos os modos de pensar, em todas as nossas relações com as outras pessoas. Portanto o conceito de fetichismo é fundamental para a crítica que Marx realiza da sociedade capitalista. No capitalismo existe uma inversão da relação entre as pessoas e as coisas, entre o sujeito e o objeto. Há uma objetivização do sujeito e uma subjetivização do objeto (o sujeito se torna uma coisa e o objeto ganha vida). As coisas – dinheiro, capital, máquinas – se convertem em sujeitos da sociedade. Marx condena o capitalismo não apenas pela miséria que provoca, mas sobretudo pela inversão entre coisas e pessoas: em outras palavras, pela fetichização das relações sociais.

O fetichismo impregna toda a sociedade e determinadas leituras do marxismo. A q. da identidade. A separação do fazer em relação ao feito, implica também na compreensão da identidade. A ruptura do fazer coletivo separa o entrelaçamento, separa as pessoas. O rompimento do fluxo coletivo do fazer traz consigo a individualização dos fazedores. O indivíduo se separa da coletividade. A identidade implica num discurso da terceira pessoa, uma terceira pessoa do presente do indicativo: ele á assim, as coisas são assim. As coisas se tornam como são e não como desejamos que fossem. Exclui-se o nós. A classificação, a identificação, a definição é o núcleo da abstração formal da sociedade capitalista. A identidade é a antítese do reconhecimento mútuo, da comunidade, da amizade, do amor. A superação da fetichização significa a superação da separação entre o fazer e o feito e da individuação.

5. Fetichismo - fetichização e a crítica

Concentrar-se no fetichismo não resolve todos os problemas teóricos e políticos. É uma teoria da negação do poder-fazer. As discussões sobre o fetichismo se concentraram na negação em lugar de se concentrar na presença daquilo que é negado. Para ir além do impasse teórico, temos de revelar o conceito de fetichismo. Existem duas maneiras de compreender o fetichismo, que podemos chamar de “fetichismo duro”, por um lado e por outro, “fetichização-como-processo”. A primeira compreende o fetichismo com um fato estabelecido. A outra compreende a fetichização como uma luta contínua. As conseqüências teóricas dos dois enfoques são muito diferentes.

O enfoque mais comum entre aqueles que enfatizaram o conceito de fetichismo é o “fetichismo duro”. Numa sociedade capitalista, as relações sociais existem como relação entre as coisas, a relação entre sujeitos existe como relação entre objetos, como seres privados de sua subjetividade. O modo de produção capitalista se torna auto-explicável. Portanto o enfoque do fetichismo duro implica numa fetichização do fetichismo: o fetichismo se converte em um conceito rigidificado e rigidificante. Mas se fetichismo é um fato acabado, como podemos criticá-lo? O fetichismo duro leva a interpretação de que apenas uma elite intelectual é capaz de compreender esse processo e criticá-lo, é uma tarefa da vanguarda que detém o conhecimento, logo a única maneira possível de mudar a sociedade é por meio do exercício da *nossa* liderança sobre *e/es*, de nosso ato de iluminá-los.

O nosso enfoque, que denominamos de fetichismo-como-processo, evidencia a nossa natureza contraditória, ou seja, o processo de fetichização evidencia o seu oposto, que sempre está aberto à possibilidade de luta para reunir sujeito e objeto, recompor o fazer e o feito. Nosso grito então não é um grito de vanguarda, mas o de um antagonismo que é inseparável do fato de viver em uma sociedade capitalista. Aqui o fetichismo se revela como um processo de fetichização e os fatos dados – a mercadoria, o dinheiro, o Estado – se revelam também como processo. As categorias se abrem para revelar os seus conteúdos que estão em luta, são categorias constantemente em discussão, questionadas. Nessa visão, não existimos como simplesmente as vítimas objetivizadas do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, estamos inseridos dentro do capitalismo e nele desenvolvemos a permanente luta. A compreensão do fetichismo como fetichização, vê nossa existência, como uma existência contra-e-no-capital. O sujeito revolucionário não vem de fora, não vem “cavalgando em um corcel branco com a esperança de dar vida ao mundo com um beijo”. Insistir em ver o fetichismo como um processo de fetichização é atacar diretamente a identidade, a identidade que é como já vimos, a separação entre a constituição e a existência, a separação entre o fazer e o feito. Aqui a luta contra o capital é a luta contra a identificação. O capitalismo é bifacial, parece que o capitalismo “é”, mas o capitalismo nunca “é”, é sempre uma luta para constituir-se. Nessa perspectiva propor a questão de mudar o mundo sem tomar o poder já é oscilar na borda de um abismo da impossibilidade da loucura e no entanto não há alternativa. A compreensão da fetichização-como-processo é a chave para se pensar em mudar o mundo sem tomar o poder. Se abandonamos a fetichização-como-processo, abandonamos a revolução como auto-emancipação.

Se não se entende o fetichismo como um estado que impregna o conjunto da sociedade, mas como um movimento antagônico de fetichização, a antifetichização, e se a teoria crítica é entendida como parte do movimento de antifetichização contra a fetichização, parte da luta para defender, restaurar e criar o fluxo criativo do fazer, então fica claro que todos nós somos, de diferentes maneiras, os sujeitos da teoria crítica, na medida em que participamos desse movimento. Existe um mundo de diferença, portanto, entre dizer que o fetichismo não é

absoluto, mas uma luta contínua entre fetichização e antifetichização, e dizer que o fetichismo deixa certos setores de pessoas sem fetichizar (o partido, os intelectuais). Nós não estamos não fetichizados, somos parte de um movimento antagônico contra a fetichização.

A nossa crítica é diferente das críticas “esquerdistas” de que a sociedade está doente, mas nós estamos sadios, que nós temos a consciência verdadeira. Como é possível que digamos que a sociedade está doente e nós não? Que arrogância!. Se a sociedade está doente, nós também estamos, dado que não podemos permanecer fora dela. Nosso grito é um grito contra a nossa própria doença, que é a doença da sociedade. Nosso grito não é apenas um grito contra uma sociedade que está “lá fora”: é também um grito contra nós mesmos, porque estamos conformados pela exterioridade da sociedade, pelo fato de que a realidade está fora de nós e contra nós. Criticar é reconhecer que somos seres divididos. Criticar a sociedade é criticar nossa própria cumplicidade na reprodução dessa sociedade. Compreender isso não debilita o nosso grito de forma alguma. Ao contrário, intensifica-o, torna-o mais urgente.

6. A tradição do marxismo científico

O conceito de fetichismo – um conceito negativo de ciência - implica uma distinção radical entre ciência burguesa e ciência crítica ou revolucionária. A primeira supõe a permanência das relações sociais capitalistas e pressupõe a identidade como algo normal. No outro caso, a ciência assume um caráter crítico da falsidade da realidade existente. O objetivo não é compreender a realidade, mas compreender as suas contradições.

Para Marx a ciência é negativa. No entanto, na tradição posterior a Marx, o conceito de ciência passa de negativo para positivo. A tradição marxista principal, quase por completo esquece da categoria do fetichismo. A idéia do marxismo como científico e a derivação do socialismo científico tem dois aspectos. Na descrição de Engels, existe uma dupla objetividade. O marxismo é conhecimento objetivo, certo e científico, como um processo histórico que ocorre de maneira independente da vontade humana. Por outro lado, se o marxismo científico diz que a sociedade se desenvolve de acordo com leis objetivas, também apresenta problemas para uma teoria da luta. Se existe um movimento objetivo da história que é independente da vontade humana, então qual é o papel da luta?

A concepção engelsiana. Em todo o primeiro quarto do séc. XX, os teóricos do marxismo compartilharam certos pressupostos do marxismo que tem como palavras chaves o “materialismo histórico”; o “socialismo científico”; “leis objetivas”, etc. De um conceito negativo em Marx (a ciência como a negação das aparências fetichizadas), em Engels, a ciência passa a ser algo positivo. Essa teoria então pergunta: Como podem os trabalhadores adquirir consciência de classe se estão fetichizados?, e responde, por meio de Lênin: é simples, uma vez que sua consciência é limitada, a consciência verdadeira virá de fora para organizá-los. Aqui de novo voltamos ao poder-sobre e não ao poder-fazer. A tradição do marxismo científico é insensível para o tema do fetichismo. Se tomamos o fetichismo como ponto de partida, então o conceito só pode ser negativo, crítico e autocrítico. A crítica inevitavelmente significa autocrítica. Na tradição do marxismo científico, a crítica não desempenha um papel central. Um marxismo cego para o problema do fetichismo é inevitavelmente um marxismo fetichizado. A transformação revolucionária não pode ser concebida como seguindo um caminho de certeza porque é a própria negação da transformação revolucionária. Nossa luta é uma luta contra a reificação e, portanto, contra a certeza.

7. O sujeito crítico-revolucionário

Mas então quem é o sujeito crítico-revolucionário? Somos todos nós. Mas quem somos esse nós e como podemos nos tornar críticos revolucionários? A resposta mais óbvia é que a nossa

crítica e o nosso grito surgem de nossa experiência negativa na sociedade capitalista. No marxismo científico, a classe trabalhadora é definida com base na sua subordinação ao capital. Uma vez definida, a classe trabalhadora é identificada como um grupo particular de pessoas. Os socialistas tratam então a classe trabalhadora como um conceito positivo, uma vez definida, identifica-se quem são essas pessoas. O problema: ao definir-se a classe trabalhadora faz-se de seus integrantes um “eles”. Entretanto se partimos do pressuposto que a fetichização é um processo e que a existência é inseparável da constituição, então como isso muda nossa visão de classe? A luta de classes, é o incessante antagonismo cotidiano (percebido ou não) entre alienação e desalienação, entre a definição e a antidefinição, entre a fetichização e a desfetichização. Não lutamos como classe trabalhadora, lutamos contra ser classe trabalhadora. Nossa luta não é a do trabalho alienado: é a luta contra o trabalho alienado. Como trabalhadores, não podemos nos emancipar, mas é também por ser trabalhadores que podemos nos emancipar, somos e não somos... este enfoque é totalmente coerente com as idéias de Marx. Sua compreensão do capitalismo é baseada não no antagonismo entre dois grupos de pessoas, mas no antagonismo da maneira como se organiza a prática social humana.

O fundamental, então, não é o trabalho alienado, mas o fazer, que existe contra-e-mais-além do trabalho alienado. Começar acriticamente a partir do trabalho alienado é fechar-nos desde o principio em um mundo fetichizado, de tal forma que qualquer projeção de um mundo alternativo deve parecer uma pura quimera, algo trazido de fora.

Não é possível definir o sujeito crítico-revolucionário porque ele é indefinível. A definição implica subordinação. Não há razão para restringir o grito a um grupo limitado de pessoas. O grito contra e o movimento do poder-fazer – os dois eixos desse livro – estão intrinsecamente ligados, entrelaçados. No processo de lutar-contra, formam-se relações que não são a imagem especular das relações de poder contra as que se dirige as lutas: relações de companheirismo, de solidariedade, de amor, relações que prefiguram o tipo de sociedade pelo qual estamos lutando. A unidade do grito-contra e do poder-fazer podemos chamar de dignidade, seguindo a linguagem da sublevação zapatista.

8. A realidade material do antipoder

Como podemos mudar o mundo sem tomar o poder? Onde está a realidade material do antipoder? Onde está o indício da força material do grito? O antipoder é onipresente: o mundo está em luta. O antipoder não existe só nas lutas abertas e visíveis dos insubordinados, do mundo da “esquerda”, existe também de maneira problemática, contraditória em nossas frustrações diárias, na luta cotidiana para reter ou recuperar o controle sobre nossa vida. O antipoder está no exercício da dignidade cotidiana. O antipoder está nas relações que estabelecemos o tempo todo: relações de amor, amizade, camaradagem, comunidade, cooperação. Mas não é apenas o antipoder que é ubíquo. O poder também o é. A manifestação do Império (Negri e Hardt).

9. A realidade material do antipoder e a crise do capital

A realidade material do antipoder se manifesta em sua plenitude maior na forma como o capital depende de maneira absoluta do trabalho alienado para a sua existência. O núcleo central do marxismo nos mostra que “eles” dependem de nós, porque nós continuamente criamos “eles”. Nós, os sem poder, somos todos poderosos. O fetichismo é um processo bifacético. A impregnação do poder pelo antipoder é a substância da teoria da crise. É a possibilidade da crise que permite o novo. A teoria da crise é importante na luta contra o capitalismo, e é um argumento fundamental na tradição marxista. Há duas maneiras de se ver a crise. Na tradição

ortodoxa do marxismo, como condição objetiva que cria as condições para a revolução. Na outra maneira, a crise não é entendida apenas como uma oportunidade que nos é apresentada graças ao desenvolvimento objetivo das contradições do capitalismo, mas deve ser entendida como a expressão de nossa própria força, e isso torna possível conceber a revolução não como a tomada do poder, mas como o desenvolvimento do antipoder que já existe como a substância da crise. Como criar ainda mais instabilidade para o capitalismo? A liberdade. A liberdade do trabalhador é o traço particular da relação entre o capital e o trabalho. É uma liberdade que pode ser interpretada de duas maneiras. Uma, de que é uma liberdade apenas para vender a força de trabalho. Importante. A relação entre capital e trabalho é uma relação de mútua fuga e dependência, mas não é simétrica: o trabalho pode escapar; o capital não. A nossa luta deve ser claramente uma luta constante para escaparmos do capital, uma luta para afrouxar a corda, para intensificar a desarticulação da dominação. O capital também procura fugir do trabalho. Mas aí também reside a sua crise. O capital a fim de sobreviver, se torna mais exigente: ajoelhem-se, ajoelhem-se! Vendam até a última gota de dignidade que possuem!.

10. Revolução?

A revolução deve ser entendida como a intensificação da crise. Duas formas de se ver a crise: 1 - oportunidade para a revolução. 2 - A crise é essencialmente aberta, pode levar a reestruturação do capitalismo ou levar a outra coisa. O argumento desse livro é que uma crise é essencialmente aberta. A crise do lado capital é a oportunidade de vomitar os nauseabundos trabalhadores e sonho do alquimista de fazer dinheiro do dinheiro. Do lado do anticapital (nós), a crise é, em primeiro lugar, negativa, é rejeição a dominação, é um fugir da dominação, o nomadismo, o êxodo, a deserção. A insubordinação não é só militante. A nossa fuga, o nosso grito é apenas o ponto de partida. Para que cresça a força do grito, deve haver uma recuperação do poder-fazer e o poder-fazer já está implícito no grito. O poder-fazer deve também avançar para a recuperação dos meios-do-fazer. Nossa luta, porém, não é a luta para fazer nossa, a propriedade dos meios de produção, mas para dissolver tanto a propriedade como os meios de produção: recuperar ou, melhor ainda, criar a sociabilidade consciente e segura do fluxo social do fazer. A revolução é o movimento contra a separação, contra a fetichização, contra a negação do movimento. Então como mudar o mundo sem tomar o poder? No final desse livro, como no começo, não sabemos. Os leninistas sabem, costumavam saber. Nós não. Nosso não-saber é, em parte, o não-saber daqueles que estão historicamente perdidos: o saber dos revolucionários do século passado foi derrotado. Mas é mais do que isso: nosso não-saber é também o não-saber daqueles que compreendem que não-saber é parte do processo revolucionário. Perdemos toda certeza, mas a abertura da incerteza é fundamental para a revolução. "Perguntando, caminhamos", dizem os zapatistas. Este é um livro que não tem final. É uma definição que se nega a si mesma na própria respiração. É uma pergunta, um convite a discutir.

Artigo da semana

OS MERCENÁRIOS DO SABER

O artigo a seguir, escrito pelo professor e economista Christian Marazzi, fala da impérvia estrada que, da bolsa de valores, leva à pesquisa científica. Durante os anos 1990, a inovação e a universidade foram financiadas pelo "capitalismo mercenário" (ou especulador), para após serem transformadas em empresas

para cotar na bolsa. O texto foi originalmente publicado em italiano no jornal *Il Manifesto*, em 29 de abril de 2004, donde o traduzimos e publicamos na íntegra.

Christian Marazzi é economista do departamento de assuntos sociais do Cantão Tessin, na Suíça. Ele é professor na Universidade de Genebra. É conhecido no mundo acadêmico que se debruça sobre as questões do mundo do trabalho pelo livro, já clássico, *Il posto dei calzini. La svolta linguistica dell'economia e i suoi effetti nella politica*. Suíça: Casagrande SA, 1994. Este livro foi traduzido para o francês sob o título *La place des chaussettes. Le tournant linguistique de l'économie et ses conséquences politiques*. Paris: Éclat, 1997. O livro está disponível em francês na página www.lyber-eclat.net/lyber/marazzi/chaussettes1.html

O conhecimento que permite inovar os processos produtivos, o "progresso técnico", que contribui para aumentar a produtividade do trabalho e para massificar o consumo de bens e serviços, não cai do céu e não é exterior ao contexto no qual se dá o crescimento econômico. A consciência inovadora é alguma coisa que se produz e que, por este preciso motivo, deve ser remunerada. Em outras palavras, trata-se de considerar o progresso técnico, gerado pela produção de conhecimento como um *custo*. É o resultado dos desenvolvimentos teóricos no campo da análise microeconômica dos fatores de crescimento. As teorias do *crescimento endógeno*, de fato, permitiram a liberação da idéia neoclássica de um conhecimento inovador livre e fora do espaço do agir humano, quase como se fosse sugerido a Robson pelo seu papagaio, além de tudo, gratuitamente. Mas, se a inovação é produzida endogenamente, quem a paga e como? Visto que a produção de inovação é, por sua natureza, *incerta*, no sentido de que é difícil antecipar os seus rendimentos econômicos, como chamar o interesse dos potenciais investidores? E, além disso, visto que o conhecimento inovador é um *bem público*, principalmente em uma economia fortemente cognitivo-comunicativa, na qual a difusão informal das inovações se contrapõe à possibilidade de exercitar sobre as mesmas uma propriedade mercantil completa, quais são os mecanismos que permitem a sua apropriação ou a sua *subtração* privada e/ou pública?

Os anjos da bolsa

A resposta, que normalmente se dá para estas perguntas, baseia-se em modelos de distribuição da poupança como fonte principal do financiamento do crescimento econômico. Durante os anos 1980, os mercados financeiros liberalizados favoreceram o desvio dos investimentos da poupança para títulos de propriedade, que asseguravam rendimentos elevados em virtude das suas formas de riqueza *rígidas*. O mercado imobiliário é o exemplo mais conhecido de como a obtenção de lucros fáceis tenha sido facilitada pelas transformações dos produtos financeiros, com a desculpa das modificações da estrutura interna e da composição social da poupança. Os mercados financeiros liberalizados contribuíram também para acelerar as reestruturações empresariais segundo os princípios da produção ágil, reduzindo os custos de produção devido ao custo excessivo do dinheiro. Quanto mais os mercados financeiros permitiram os lucros fáceis, mais as poupanças abandonaram o sistema bancário (desintermediação), em favor dos títulos de propriedade *móveis* (cotados na Bolsa), e mais os bancos foram obrigados a manter elevadas as taxas de juros para manter a poupança. Nos Estados Unidos, a transformação das idéias em empresas atravessa os câmpus universitários e é ativada por grupos de capitalistas (*Business Angels*), que cultivam, entre si, relações de cumplicidade e aplicam os capitais iniciais (*seed money*) nos candidatos empreendedores, e vêem, em seguida, a entrada dos fundos de investimento coletivos que garantem uma sustentação acionária antes mesmo de entrar na Bolsa. O lançamento na Bolsa (Nasdaq) de valores a risco atrai os fundos de pensão e os fundos comuns de investimento,

permitindo aos capitalistas de risco (*venture capitalist*) sair das empresas abertas por eles, realizando mais-valias elevadas. Essas "rendas de inovação", por um lado compensam as perdas sofridas pelas empresas que vão à falência, por outro lado são utilizadas para o lançamento de novas empresas.

A passagem da lógica dos *Business Angels*, na qual consideram as relações pessoais como "tempo de sementeação" de 12 ou 18 meses, à lógica das empresas financeiras (freqüentemente filiais dos bancos de investimento, chamadas "incubadoras de empresas"), que funcionam à base de critérios contábeis, jurídicos e de marketing e por tempos breves é, *ao mesmo tempo*, alavanca do sucesso das *start-ups*² e causa de suas crises. A capitalização permite a materialização, em forma empresarial, do trabalho imaterial vivo, mas esta metamorfose *pressupõe* a produção de mais-valias (prêmio de risco), sem as quais o inteiro processo não poderia nem mesmo começar. O prêmio de risco, que marca a passagem na Bolsa das *start-ups*, bem como o "descarte de aquisição", ou mais-valia (*goodwill*, em inglês), resultante da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das sociedades absorvidas nos processos de fusão, são o preço da *subtração do saber*, ou, simetricamente, do *excesso do general intellect*, que representa a contradição específica do novo capitalismo cognitivo. Em ambos os casos, trata-se do balanço de um ativo intangível, que representa a transformação em mercadoria do saber e do conhecimento, valor este *necessário* para atrair capitais em uma fase na qual a mesma organização local e global dos mercados financeiros orienta as escolhas dos investidores, baseadas na lógica de rendimento competitivo.

Inovações a risco

O trabalho cognitivo inovador é, porém, por definição, recurso de abertura (*open source*), cooperativo, relacional, comunicativo e cada vez mais global. Por ser comandado e mercantilizado, isto é, organizado em atividade empresarial, deve ser, antes de tudo, hierarquizado e capitalizado, o que acarreta no achatamento e na subtração do saber difundido, e na sua regulamentação segundo os princípios do *business plan*. Mas esta operação não é indolor, tem o seu prêmio/preço, que no lançamento das *start-ups*, gera supervalorizações "doidas", que desestabilizam o andamento normal dos mercados, ampliando a sua volatilidade e instabilidade, enquanto, no caso das aquisições e fusões de empresas (com as Ofertas Públicas de Aquisição, as OPAs), acarreta a racionalização e a flexibilização do trabalho como contrapartida do "balanço" dos ativos intangíveis adquiridos.

Em primeiro lugar, a capitalização dos processos econômicos acima descrita não deve ser vista com o olhar (fordista) de uma perversão, de um simples fenômeno especulativo, moralmente condenável, ou de uma simples continuação das formas clássicas do capital financeiro (*à la Hilferding*), mas como uma verdadeira e própria inovação *interna* ao funcionamento do capitalismo que, a seu modo, exprime as características do novo período pós-fordista: *fluidez e incerteza*.

A explosão da bolha especulativa em março de 2000 deve, portanto, ser considerada como a primeira crise financeira do capitalismo cognitivo. É, antes de tudo, uma crise *financeira* que aspira a atordoar as trajetórias "de baixo para cima" da empresarialização do *general intellect*, a sua "entrada na Bolsa" com as *start-ups*. Deste ponto de vista, é a *dimensão local* do capitalismo cognitivo que é atacada pela crise da Bolsa, em particular, a concentração no *Silicon Valley* do maior número das novas empresas *high tech*, cuja proliferação contribuiu para a crise da "superprodução digital" e para o sucessivo desaparecimento de muitas empresas de Internet.

² *Start-ups* são pequenas empresas no início de suas atividades (Nota do tradutor).

Mas a crise de 2000 é também a crise da particular materialização mundial da nova economia. A “convenção Internet”, que “puxa” os mercados entre 1998 e o início de 2000, não é nada mais do que a expressão do mais vasto e estrutural processo de “cognitização” do trabalho, do deslocamento das levas da inovação, dos “corpos separados” da Pesquisa&Desenvolvimento da memória fordiana, para os corpos vivos da força de trabalho. Os capitais, que do resto do mundo confluem para os títulos acionários e de obrigações de empresas cotadas na Bolsa Americana, *perseguem* literalmente os fluxos de pesquisadores americanos, europeus e asiáticos, que nos anos 1990, vão ao Silicon Valley, como uma vez os jovens atores iam para Hollywood.

Os malditos do conhecimento

O afluxo de capitais e de força de trabalho cognitiva para os Estados Unidos está na origem do crescimento espetacular do setor das tecnologias da informação e da comunicação e dos “efeitos riqueza”, gerados pelos rendimentos financeiros. O crescimento do PIB se deve, particularmente, ao crescimento do setor das novas tecnologias, enquanto a demanda de bens e serviços é determinada pelo aumento da oferta. A era Clinton da nova economia é marcada por uma expansão *keynesiana* de tipo novo, no sentido que, enquanto diminuem os rendimentos sociais desembolsados pelo *Welfare State*, aumentam as entradas fiscais devido às taxas sobre os ganhos de capital, permitindo, assim, ao orçamento federal, realizar até mesmo alguns avanços. Pode-se falar de “*keynesismo* financeiro”, de regulamentação macroeconômica baseada nos custos e despesas deficitários (*deficit spending*) privados das empresas e das famílias.

Nos Estados Unidos, a crise marca a passagem do crescimento por meio da oferta ao crescimento pela demanda. Entre o final de 2000 e o início de 2003, a política monetária da *Federal Reserve* [Reserva Federal dos E.U.A.] tem por única finalidade a sustentação da demanda das economias domésticas, facilitando o endividamento. Com taxas de juros praticadas pelo *Federal Reserve* em torno de 1%, portanto negativos em termos reais, assegura-se a manutenção do consumo a níveis elevados, graças à eliminação da poupança e ao endividamento hipotecário (*remortgaging*) das famílias, favorecido pela inflação dos valores imobiliários. Diferentemente da grande depressão dos anos seguintes à crise de 1929, marcada pela deflação da demanda de consumo de bens e serviços, os anos que seguem a crise da nova economia são caracterizados pela deflação da demanda de bens instrumentais, em particular, das tecnologias da informação e da comunicação.

A saída da crise da nova economia redesenha a retomada do capitalismo cognitivo em escala mundial. Novamente, os capitais seguem os movimentos do “cognitariado”, mas, desta vez, dos Estados Unidos em direção aos países asiáticos, com os processos de *outsourcing*³ e de *offshoring*⁴ em países nos quais o custo da mão-de-obra é dez vezes inferior àquele dos países desenvolvidos. A crise da capitalização do trabalho cognitivo e inovador dos anos 1990, bem como a impossibilidade de reproduzir o círculo virtuoso das *start-ups* e das *Merge&Acquisitions* [Fusões e Aquisições] à base do afluxo contínuo de capitais nos Estados Unidos, mas, não obstante isso, a necessidade de relançar a acumulação capitalista à base do trabalho imaterial inovador, obriga o capital a compensar a perda das mais-valias (dos prêmios de risco e dos *goodwill*) com a redução drástica do salário dos trabalhadores cognitivos.

Com a retomada dos mercados na Bolsa a partir de 2003, como efeito do saneamento financeiro das empresas, nos primeiros meses de 2004, começou uma nova onda de OPAs e

³ O termo *outsourcing* significa terceirização (Nota do tradutor).

⁴ O termo *offshoring* significa envio de setores de uma empresa para o exterior (Nota do tradutor).

de *Mergers&Acquisitions*, não somente na Ásia, onde o número de OPAs e de *start-ups* cresceu muito, mas também na Europa e nos Estados Unidos, se bem que com menor intensidade. Em relação aos anos 1990 e 2000, nos quais os investimentos foram orientados principalmente em direção à rápida capitalização das inovações produzidas pelas empresas emergentes, na fase atual é a racionalização das empresas, a flexibilização e a terceirização da força de trabalho, a redução dos salários e o aumento da produtividade que definem os critérios de base para relançar os investimentos. Em outras palavras, hoje a filosofia gerencial é *impatient for profit but patient for growth* [lucrar logo, mas ter paciência para crescer].

A regra da precariedade

Entramos em uma fase na qual a dimensão global do capitalismo cognitivo, com a inclusão de áreas de desenvolvimento como a Ásia e a América Latina, é marcada por políticas de regulamentação “para baixo” do valor da força de trabalho. Principalmente nos países do Centro Econômico, a produção de conhecimento e de inovação por meio da precarização é o sinal diferenciador desta nova fase. As escolas, os centros de pesquisa, as empresas flexíveis, o mercado de trabalho, são todos “lugares” nos quais o ataque ao valor da força de trabalho tem como objetivo prioritário eliminar as margens de recomposição política do proletariado cognitivo, do cognitariado.

Durante o crescimento do capitalismo industrial, a luta de classes nos países do Centro Econômico, a luta política pelo salário e a negociação coletiva entre assalariados e capital, subverteram as regras para o cálculo da taxa de lucros. Na época *fordista*, dizia-se que “um operário do Michigan podia comprar, com uma hora do seu trabalho, o produto de uma jornada inteira de trabalho do seu colega que vivia no Sul”. Os capitais dirigiam-se do Sul ao Norte, porque os salários nos países do Centro Econômico eram superiores àqueles dos países de periferia. Entretanto, as lutas do operário multinacional desacreditaram a idéia segundo a qual “é a classe operária dos países ricos que explora a classe operária dos países pobres”. Certo, a diferença entre o Norte e o Sul não diminuiu, ao contrário, aumentou, mas o ciclo de lutas do operário *fordista* fez desaparecer o modelo *fordista*, obrigando o capital a se desenvolver em escala global, impondo ao trabalho as qualidades mais gerais da força de trabalho, as suas faculdades cognitivas, relacional e comunicativa.

A inversão dos fluxos de capitais, de países de centro em direção aos países de nova industrialização, seguramente não permitirá à uma hora de trabalho de um operário indiano ou chinês comprar o produto de uma jornada do seu colega americano ou europeu. Mas as trabalhadoras dos supermercados da Wal-Mart ou os produtores de softwares do Norte trabalham, efetivamente mais, por um salário inferior, o que significa que a luta contra a precariedade e pelo aumento da renda atingiu, enfim, uma dimensão global, que une os destinos da multidão.

Análise de conjuntura

ARGENTINA X BRASIL

Paulo Nogueira Batista Jr. é o autor do artigo a seguir, publicado na Folha de S. Paulo, em 3 de junho de 2004. Economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, é autor do livro A Economia como Ela É... (São Paulo: Boitempo Editorial, 3ª edição, 2002).

Escrevo, como sempre, na véspera. Não sei o resultado da partida de hoje à noite. Espero que o Brasil tenha dado uma goleada. Seria uma pequena compensação pela surra que estamos levando da Argentina em outro campo: o econômico.

Por enquanto, a comparação entre os governos Lula e Kirchner é bastante constrangedora para o primeiro. Lula joga de salto alto e coleciona elogios do FMI. Kirchner não foge de bola dividida e coleciona elogios dos seus compatriotas. Enquanto a popularidade do presidente argentino continua nas nuvens, o nosso sofre desgaste considerável. Consegue ser vaiado até em São Bernardo do Campo.

O sucesso de Kirchner tem motivos preponderantemente econômicos. Até o FMI, que criou tantas dificuldades para o governo argentino, começa a dar o braço a torcer. Como reconheceu recentemente a tenebrosa Anne Krueger, vice-diretora-gerente do FMI: "A performance macroeconômica do país ao longo do último ano tem sido boa, ultrapassando todas as expectativas. No que diz respeito a todos os principais indicadores econômicos -crescimento do PIB, superávit fiscal, inflação-, a Argentina está atualmente indo melhor do que qualquer um de nós ousou esperar" (Anne Krueger, "Argentina: Remaining Economic Challenges", American Enterprise Institute, Washington, DC, March 31, 2004, www.imf.org).

Nem haveria como negar que, até agora, os resultados têm sido surpreendentes. Em 2003, o PIB da Argentina cresceu 8,7% em termos reais, segundo estimativas preliminares. No último trimestre do ano passado, relativamente ao último de 2002, o PIB aumentou 11,3%, e o investimento interno fixo, nada menos que 48,8% (Ministerio de Economía y Producción, "Informe del Avance del Nivel de Actividad", 17 de marzo de 2004, www.mecon.gov.ar).

Em 2004, o crescimento continua em ritmo acelerado. No primeiro trimestre deste ano, estima-se que a atividade econômica tenha aumentado 10,5% em relação a igual período de 2003. Entre janeiro e abril, o nível de atividade da indústria ficou quase 13% acima do registrado no mesmo período do ano passado (Ministerio de Economía y Producción, "Estimador Mensual de Actividad Económica", 19 de mayo de 2004; e "Estimador Mensual Industrial", 24 de mayo de 2004, www.mecon.gov.ar).

Um "ortodoxo de galinheiro" tupiniquim, desses que dão as cartas em Brasília, diria provavelmente que um espetáculo de crescimento como esse não é "sustentável" e deve provocar inflação ou desequilíbrios externos. Não há nenhum sinal disso até agora. A inflação argentina (preços ao consumidor) está em 3,1%, abaixo da brasileira. O superávit da balança comercial alcança cerca de 12% do PIB, superando o brasileiro.

É bem verdade que a economia argentina está se recuperando de uma recessão profunda, resultado da política econômica desastrosa seguida durante os governos Menem e De la Rúa. A base de comparação é baixa, portanto. A Argentina está basicamente reempregando fatores de produção ociosos.

O Brasil não sofreu um colapso econômico. Por outro lado, a economia brasileira está há quase 25 anos sem crescer de forma significativa. Durante essa longa estagnação, também acumulamos muita capacidade ociosa e muito desemprego. Para uma economia nessa situação, uma taxa de crescimento da ordem de 3% a 3,5%, como a que se espera para 2004, é um resultado medíocre. Equivale, digamos, a ganhar de 1 a 0 da Venezuela.

A Argentina não estaria com essa bola toda se estivesse seguindo a "ortodoxia de galinheiro" aplicada por aqui. Enquanto o Banco Central do Brasil pratica juros extravagantes, as taxas de juro na Argentina têm sido moderadas. A taxa de curto prazo está atualmente em 5,7%, pouco acima da inflação. Também não há exageros em matéria de política fiscal. Enquanto o governo brasileiro se prontificou, já no início de 2003, a aumentar o superávit primário no acordo com o FMI, o governo argentino resiste tenazmente às pressões dos seus credores e do Fundo, que querem que o exemplo brasileiro seja imitado por lá.

Grande parte do mérito é do ministro da Economia, Roberto Lavagna, nomeado para o cargo há pouco mais de dois anos pelo presidente Duhalde. Lavagna comanda a recuperação da economia argentina com independência e nervos de aço. É experiente, preparado e ponderado. Não é fácil estigmatizá-lo como "populista irresponsável" - etiqueta que se procura sempre colar em qualquer latino-americano que não reze pela cartilha de Washington. Onde está o nosso Lavagna?

Deu nos jornais

Pobre paga mais imposto para consumir

Os impostos e contribuições sobre consumo comprometem quase um quarto -24,4%- da renda das famílias brasileiras que ganham até R\$ 400. Para as que ganham mais de R\$ 10 mil, o peso deste tipo de imposto é de 17,3% da renda mensal. O impacto dos impostos sobre consumo no orçamento familiar foi calculado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) com dados da pesquisa de orçamentos familiares, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há três semanas. A notícia foi publicada no jornal **Folha de São Paulo**, 24-5-04. Uma família com renda de até R\$ 400 tem que gastar mais de 32% do orçamento com comida, no caso das famílias com renda superior a R\$ 6.000, esse gasto é de pouco mais de 9%. Ou seja, os mais ricos acabam pagando, proporcionalmente, menos impostos sobre alimentos do que os mais pobres. O mesmo ocorre com os demais produtos e serviços.

O consumo de alto luxo cresce no Brasil

Enquanto 85% dos brasileiros não têm renda suficiente para chegar ao fim do mês com as contas em dia, as principais grifes internacionais parecem alheias às turbulências na economia e mantêm planos ousados para o País. Apesar de o país não ter mostrado sinais de crescimento mais vigoroso nos últimos anos, redes como Louis Vuitton, Armani e Tiffany apostam em peças capazes de despertar o desejo dos consumidores de produtos de alto luxo. A constatação está na reportagem publicada no **Jornal do Brasil**, 23-5-04. Segundo o jornal, o consumo de alto luxo é um segmento em que o preço pouco importa e que movimenta cerca de US\$ 2,5 bilhões por ano, o mercado de luxo no Brasil cresceu 30% só em 2003, de acordo com Carlos Ferreirinha, consultor de negócios em moda da Associação Brasileira da Indústria Têxtil. "Essas marcas não trabalham com preço, e sim com sedução. O negócio delas é atrair os consumidores por meio do emocional", disse Carlos Ferreirinha.

Sob Lula, País deve crescer menos do que a média

Em vez do prometido "espetáculo do crescimento", o governo Luiz Inácio Lula da Silva deverá ficar marcado por taxas bastante modestas de expansão da economia. Segundo levantamento feito pelo Banco Central com cem analistas de mercado, o Brasil deverá crescer, em média, 2,7% ao ano ao longo do mandato do presidente. A pesquisa aponta que a expectativa média é que a economia cresça 3,5% neste ano e no próximo e 3,8% em 2006 – no ano passado, houve retração de 0,2%. Confirmadas as projeções do mercado, o crescimento alcançado durante o governo Lula seria um dos piores já registrados na história republicana. Numa lista com os resultados obtidos pelos 28 presidentes que o Brasil teve, o atual governante ficaria na 20ª colocação. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, estaria em 22º - entre 1995 e 2002, o País cresceu, em média, 2,3% ao ano. A lista, com o crescimento da economia registrado no

mandato de cada um dos presidentes do País, foi elaborada em 2001 pelo economista Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A notícia foi publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, 23-5-04.

Migrantes são a 5ª 'nação' do mundo

Se todos os migrantes e refugiados do mundo fossem reunidos sob uma única bandeira, formariam o quinto país mais populoso do planeta, com um total de 175 milhões de habitantes, dos quais cerca da metade - 86 milhões - teria um emprego ou trabalho remunerado. A constatação é do estudo *Em busca de um acordo justo para os trabalhadores migrantes na economia global*, divulgado dia 31 de maio pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com base em dados de 2000. A notícia foi publicada no **Jornal do Brasil**, 22-5-04. Segundo a OIT, as migrações devem aumentar rapidamente nos próximos anos, pois a globalização fracassou em gerar oportunidades econômicas nos países em desenvolvimento. Para a organização, "certos fatores econômicos, políticos e demográficos mostram que assistimos a uma intensificação das pressões migratórias", pois, a cada ano, milhões de jovens ingressam no mercado de trabalho em países em desenvolvimento onde a criação de empregos é insuficiente para acolhê-los. "Se você observar a economia global do ponto de vista das pessoas, seu maior fracasso estrutural é a incapacidade de criar empregos suficientes onde elas vivem", disse Juan Somavia, diretor geral da OIT. Os países em desenvolvimento também sofrem com a chamada fuga de cérebros. Segundo a OIT, quase 400 mil cientistas e engenheiros de países pobres trabalham em nações ricas.

Lucro dos grandes bancos aumenta 22,3%

O lucro líquido dos três maiores bancos privados do País aumentou 22,3% no primeiro trimestre do ano e totalizou R\$ 1,761 bilhão. Esse resultado, anualizado, projeta um lucro de R\$ 7,044 bilhões para as três instituições. No ano passado, elas lucraram R\$ 6,510 bilhões. A notícia foi publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, 14-5-04.

Salário-mínimo: jogo de risco para o governo. Quem diria?

"Os R\$ 15 a mais que a oposição propõe para o salário-mínimo garantem apenas mais dois pãezinhos por dia na mesa do trabalhador, lembrava ontem o líder do PTB, José Múcio Monteiro. A votação de hoje é importante, entretanto, não tanto pelo valor, R\$ 275 ou 260, mas sobretudo porque responderá à dúvida do mercado sobre o controle do governo Lula sobre sua base parlamentar". O comentário é da jornalista Teresa Cruvinel na coluna Panorama Político publicada no jornal **O Globo**, 2-6-04.

Migrantes enviam US\$ 5,4 bi ao Brasil

"Os brasileiros que moram no exterior enviam US\$ 5,4 bilhões por ano (mais de R\$ 16 bilhões) aos familiares no Brasil, o que torna o País o 5º maior destino mundial de remessas (atrás de Índia, México, Filipinas e Indonésia), e o 2º da América Latina, segundo pesquisa da consultoria americana Bendixen & Associates para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)". A informação é de **O Estado de S. Paulo**, 1-6-04. "Segundo o levantamento divulgado pelo BID, os brasileiros que moram nos EUA e Japão, enviam em torno de US\$ 2 bilhões por ano. Já os residentes na Europa remetem cerca de US\$ 1 bilhão. Os outros países respondem por cerca de US\$ 100 milhões".

AL crescerá 4% em 2004, segundo a Cepal

A estimativa é da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). “Após encolher 0,6% em 2002, a América Latina registrou expansão de 1,5% no ano passado. Apesar de melhorar a expectativa de crescimento para a América Latina, a Cepal, órgão das Nações Unidas, manteve a previsão de expansão do Brasil para 2004 em 3,3%. No ano passado, a economia brasileira registrou retração de 0,2%, de acordo com o (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE). O país que mais deve crescer neste ano, segundo a Cepal, será a Venezuela (10,3%), impulsionada pela valorização do petróleo no mercado internacional. Em seguida, vem o Uruguai, com 7,5%. Para a Argentina, a Cepal espera um crescimento de 6,5%”. A informação é da **Folha de S. Paulo**, 1-6-04.

Lula consegue barrar aumento maior do salário-mínimo

A grande notícia dos jornais de 3 de junho foi a importante vitória do governo Luiz Inácio Lula da Silva, quem diria, na Câmara dos Deputados, de barrar um aumento (R\$ 15) maior do salário mínimo. Segundo o jornalista Valdo Cruz, **Folha de S. Paulo**, 3-6-04, o governo “ganhou à custa de muita pressão e vários agradados. Valeu ameaças de retaliação de ministros a futuros candidatos a prefeito, caso de muitos deputados. Eles temiam votar um mínimo menor e saírem prejudicados na campanha municipal. Pesaram mais, porém, as promessas governistas - naturalmente de verbas para suas cidades. O governo diz que não fez nada, que tudo foi na base da conversa. Teve até a cara-de-pau de dizer que o anúncio de R\$ 200 milhões para emendas dos parlamentares, divulgado ontem [2 de junho], não passou de uma grande coincidência. O fato é que a pressão do governo surtiu efeito. No PT, apenas cinco deputados votaram contra e outros cinco se abstiveram, uma dissidência baixa - 73 foram fiéis a Lula”.

Salário mínimo e a sobrevivência de 44 milhões de trabalhadores

Os cinco deputados do PT, dentre os quais está Chico de Alencar, do Rio de Janeiro e Doutora Clair do Paraná, divulgaram um documento, segundo o jornal **O Globo**, 3-6-04, justificando os seus votos contrários à MP do mínimo. “Votamos no piso nacional de R\$ 275 e, simbolicamente, na emenda de R\$ 280, com a serenidade de quem acredita que esse pequeno aumento ajuda na sobrevivência de 44 milhões e 600 mil trabalhadores e é um modesto passo para a distribuição de renda no nosso país”, diz o documento. Em outro trecho, dizem: “Votamos, sim, por saber que estes R\$ 15 a mais não vão para a ciranda financeira e para a especulação, mas se tornarão pão, pano, tijolo, remédio e condução, alimentando o mercado interno de massas”. Entre os cinco deputados do PT não há nenhum gaúcho.

Sociedade digital: uma mudança histórica de civilização

Juan Luis Cebrián, um dos principais diretores do jornal espanhol **El País**, afirmou, ante centenas de diretores e representantes da imprensa de todo o mundo, reunidos em Estambul, que “os jornais são, sob muitos pontos de vista, coisa do passado”, uma consequência da revolução industrial, que se defronta com o “aparecimento de uma sociedade digital, que é uma mudança histórica de civilização”. A notícia está publicada no jornal **El País**, 1-6-04. Segundo Cebrián, no começo do século passado havia nos EUA 16 mil jornais diários. Hoje, têm apenas 2 mil. Na União Européia, a venda de jornais diários se reduziu entre meio milhão e um milhão de exemplares anualmente durante os últimos dez anos e a imprensa tem que competir com um arsenal de noticiários de rádio, televisão, a Internet, telefones móveis e diários gratuitos. Para ele, o jornalismo sobreviverá, mas ninguém sabe como.

Salário-mínimo: o Estado teme mais o FMI que milhões de brasileiros

Para que o salário-mínimo deixe de ser tão mínimo, é necessário que o lucro máximo deixe de ser tão máximo. Mas, ao que parece, o Estado teme mais o FMI e meia dúzia de intermediários financeiros do que os milhões de brasileiros. É o que defende Mauro Santayana, jornalista, é colaborador do **Jornal da Tarde** e do **Correio Braziliense**, na coluna *O mínimo e o máximo*, publicada pela **Agência Carta Maior**, 3-6-04. Segundo ele, “inverteram-se os papéis, como a imprensa não se cansa de mostrar, com a reprodução de cenas do plenário durante o mandato do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Os que defendiam o mínimo possível hoje continuam propondo o *quam minimum*, com a extensão de quinze reais aos 260 do governo. Trata-se de uma variação sobre o nada, um nada sobre nada. É apenas um mote nos desafios de cegos - porque o problema é outro. O problema não está exatamente no salário-mínimo, mas no lucro máximo, principalmente o dos mercadores de moeda, o chamado setor financeiro.” E continua: “Para que haja mais lucros financeiros, é preciso que haja mais exploração do trabalho. Entende-se, assim, que para que o salário-mínimo deixe de ser tão mínimo, é necessário que o lucro máximo deixe de ser tão máximo. Mas ao que parece, o Estado teme mais o FMI e meia dúzia de intermediários financeiros do que os milhões de brasileiros que lambem o sal dos dedos, porque não têm o que comer”.

Governo alivia classe média mas impõe salário-mínimo de R\$ 260

Câmara aprova com folga manutenção do salário-mínimo em R\$ 260,00 um dia depois que o ministro Antonio Palocci (Fazenda) concordou com uma redução de R\$ 27,50 no imposto de renda dos assalariados que ganham mais de R\$ 1.158,00. A análise foi publicada pela agência **NoMínimo**, 2-6-04 e assinada por Nelson Breve. Ou seja, “o governo encontrou recursos nos cofres do Tesouro Nacional para colocar R\$ 27,50 no bolso dos assalariados que ganham mais de R\$ 1.158,00 por mês, mas não mediu esforços evitar qualquer acréscimo no salário de quem recebe o mínimo de R\$ 260,00. A base governista mostrou sua força na Câmara e rejeitou dia 02 de junho tanto a proposta da oposição de elevar o piso para R\$ 275,00, quanto a do PCdoB e da esquerda do PT, que queriam R\$ 280,00”.

Trabalhadores e bancos. Tratamento desigual

“O governo reforçou a percepção de que trata trabalhadores e bancos de forma desigual. Aos primeiros, o adiamento da correção na tabela do Imposto de Renda e a ameaça de compensar qualquer queda na arrecadação com novas medidas fiscais. Aos bancos, a magnanimidade da promessa de racionalização do sistema tributário. Em breve, o Fisco deve transferir aos bancos a prioridade no recebimento de empresas falidas com o argumento de que o sistema financeiro ficará mais benevolente se houver garantias firmes no caso de inadimplência.” A análise é do jornalista Marcio Aith, publicada na **Folha de S. Paulo**, 4-6-04. O jornalista, “segundo cálculos do Dieese, a Receita vai tirar do trabalhador neste ano o valor de R\$ 1,7 bilhão ao não corrigir a tabela do IR em 11,32% - defasagem registrada no governo Lula até março. Se calcularmos a defasagem entre 1996 e março passado (55,3%), R\$ 6,3 bilhões serão transferidos dos salários para o governo somente em 2004”.

Bush e a agenda do Papa

No dia 4-6-04, George W. Bush encontrou-se com João Paulo II, no Vaticano. Foi o primeiro encontro depois da guerra do Iraque. Segundo o vaticanista Marco Politi, “não haverá um duelo sobre o Iraque no encontro. Papa Wojtyla não terá necessidade de dizer nada. Quando a

guerra estava para ser declarada, o Papa proclamara que aqueles que optam pelo caminho das armas responderiam 'a Deus, à própria consciência, à história'. "Os eventos dos últimos doze meses se encarregaram de dar o veredicto. A voz desarmada do pontífice representou a sábia previdência de Minerva com respeito a todos aqueles que, às margens do Potomac, endossaram a couraça de Marte". Marco Politi faz uma análise pertinente do papel jogado por João Paulo II, se opondo tenazmente à guerra do Iraque.

Jornada dupla. O transporte e o trabalho

"Quanto tempo você gasta para ir ao trabalho e voltar para casa? A Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo fez esse cálculo e chegou à conclusão que um terço dos trabalhadores brasileiros (31,1%) - especialmente os que vivem nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro - leva entre uma e quatro horas para fazer o percurso de ida e volta entre a casa e o local do serviço." "Como tempo é dinheiro, todo esse desperdício tem um custo para quem trabalha e para o País. De acordo com o estudo da secretaria paulistana, a cada ano o Brasil e os seus trabalhadores perdem uma renda potencial de R\$ 92,8 bilhões. Se uma parte desse dinheiro fosse incorporada ao salário, os trabalhadores teriam um aumento equivalente a 26%". Assim inicia a reportagem da revista *IstoÉ*, 2-6-04. Segundo a reportagem, "esse estudo demonstra o quanto o transporte é importante para a economia das cidades e do País", diz o economista Márcio Pochmann, secretário de Desenvolvimento e Trabalho e responsável pelo levantamento que cruzou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, com números das empresas de transporte coletivo. A precariedade nos sistemas de transporte, o trânsito caótico nos grandes centros, a falta de grandes obras viárias como o metrô e a redução da renda explicam o aumento do tempo gasto na mobilidade envolvida no ir-e-vir ao trabalho desde 1992." "No início dos anos 1990, segundo o estudo, o trabalhador gastava, em média, uma hora por dia para sair de casa e chegar ao trabalho. Atualmente, a média, nas principais regiões do País, subiu para uma hora e 20 minutos e, nas zonas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, o tempo gasto médio é 20 minutos maior (uma hora e 40 minutos). Outro dado mostra a precarização da renda de quem trabalha: o percentual de paulistas que declararam que estão indo e voltando a pé ao trabalho aumentou. Em 1997, eram 34,4%. Hoje, já somam 36,7%. Haja fôlego e sola de sapato".

Frases da semana

Gulag americano

"Se a prisão norte-americana de Guantánamo estivesse na Rússia, falaríamos de Gulag". - **Álvaro Gil-Robles**, comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa - *El País*, 31-5-04.

Chacina em Benfica

"Eles morreram como gado, com porretadas na cabeça. Os presos mortos foram selecionados, escolhidos a dedo". - **Paulo Roberto Ferreira**, presidente do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Justiça, comentando a chacina na Casa de Custódia de Benfica, RJ - *O Globo*, 2-6-04.

Al Qaeda e arma nuclear

"O perigo mais grave com o qual nos defrontamos, hoje, é a possibilidade de que a Al Qaeda ou outros grupos terroristas consigam uma arma nuclear. Osama Bin Laden disse que é um dever

sagrado conseguir uma arma de destruição massiva”. - **John Kerry**, candidato democrata à presidência dos EUA - *El País*, 2-6-04.

PT e o sorvete quente

“Deixamos o PT, porque consideramos que ele abandonou o projeto socialista que defendia desde a sua fundação, passando a postular na prática o ‘capitalismo com preocupações sociais’, o que nos parece um sorvete quente”. - **Carlos Nelson Coutinho**, filósofo, à frente da editora da UFRJ – *Jornal do Brasil*, 29-5-04.

Lula: o terceiro governo da era FHC

“Estamos diante do terceiro governo da ‘era FHC’, com a agravante de que agora não temos mais o PT e a CUT na oposição ao neoliberalismo. O governo Lula está pondo em prática tudo aquilo que o PT e o próprio Lula combatiam, quando estavam na oposição”. - **Carlos Nelson Coutinho**, filósofo, à frente da editora da UFRJ – *Jornal do Brasil*, 29-5-04.

“De arrecadador de dinheiro para a caixa eleitoral a formulador das políticas destinadas aos doadores, Antonio Palocci fez um percurso de que não há registro nas campanhas e governos precedentes. Pode ser que esse percurso até ajude a compreender alguma coisa da política econômica que desmoraliza toda a história do PT. E de tantos dos seus figurantes atuais” - **Jânio de Freitas**, jornalista, no artigo ‘Vampiros associados’ - *Folha de S. Paulo*, 3-6-04.

Superávit primário

“Vem cá, em primeiro lugar, eu sou contra o superávit primário, me desculpe, presidente. Eu cumpro porque sou da sua equipe e a ordem é essa. Mas devo declarar que a minha empresa, que é uma geradora elétrica, parece que é só uma geradora da superávit primário”. - **Luiz Pinguelli Rosa**, ex-presidente da Eletrobrás, falando a Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República – *Folha de S. Paulo*, 7-6-04.

“Não temos problemas de energia elétrica porque a economia não está crescendo. Na medida em que a indústria e a renda cresçam, vai faltar energia. Já estamos no limite para fazer novos investimentos. Sem energia, há um gargalo no desenvolvimento e pode até ser gerada uma recessão”. - **Luiz Pinguelli Rosa**, ex-presidente da Eletrobrás – *Folha de S. Paulo*, 7-6-04.

“O que interessa [ao governo brasileiro] é ganhar. É uma política de exportação. O que predomina é a política macroeconômica: vamos catar dólares, vale qualquer coisa, até urânio”. - **Luiz Pinguelli Rosa**, ex-presidente da Eletrobrás – *Folha de S. Paulo*, 7-6-04.

Cultura livre

“O que estamos precisando é de uma certa reforma agrária no campo da propriedade intelectual”. – **Gilberto Gil**, ministro da Cultura do Brasil – *Folha de S. Paulo*, 3-6-04.

Salário Mínimo inconstitucional

“O mínimo há muito é inconstitucional. O salário deve prover as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família. E não provê. Ano a ano, o que se tem é o reajuste de uma ilegalidade, o reajuste da miséria, sob o mesmo e indefectível argumento: a camisa-de-força do modelo econômico-financeiro”. - **Roberto Busato**, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - *O Globo*, 4-6-04.

“É triste ver que os 4 milhões de trabalhadores que pagam imposto de renda têm mais força

que os 21 milhões que ganham salário mínimo”. - **Carlito Meress**, deputado federal (PT-SC) e relator do projeto que corrige a tabela do IR - **Agência Carta Maior**, 2-6-04.

“O presidente Lula ainda não cumpriu a promessa de dobrar o valor real do salário-mínimo, mas, em um ano e cinco meses de governo, aumentou de R\$ 5 bilhões para R\$ 11 bilhões os gastos com as transferências de renda às famílias mais carentes, uma promessa que ele não fez” - **Arlindo Chinaglia**, deputado federal (PT-SP) – **Agência Carta Maior**, 4-6-04.

EUA, uma nova Roma?

“Se alguém nos EUA pensa de ser a antiga Roma, está fora do mundo”. – **Helmuth Kohl**, ex-primeiro ministro da Alemanha – **La Repubblica**, 4-6-04.

EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

*Hoje, dia 7 de junho de 2004, é dia de mais uma edição do ciclo de painéis **Inclusive - Movimento contra a exclusão social**. O tema de discussão será “Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável: questões vitais da cidadania”. Participam do debate o cacique José Cirilo Morínico, da Tribo MBya Guarani; a Prof^a. Fátima Flores, do Instituto Popular de Arte-Educação, na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre; Edni Oscar Schroede, representante do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA/RS); e Prof^a. MS Denise Zaffari, das Ciências da Saúde da Unisinos.*

O evento é gratuito, aberto ao público, e acontece das 17h às 19h, na sala 1G119 do IHU. Ao final do evento, haverá debate com os presentes.

Conversamos com o Cacique José Cirilo Morínico, da Tribo Guarani Mbya. A entrevista seguinte é com a professora Dr.^a Cíntia Gama, das Ciências da Saúde da Unisinos. Graduada em Nutrição pela PUC-Campinas, a professora é mestre e doutora em Nutrição pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Sua tese intitula-se “Hábito alimentar e condição nutricional de adolescentes de dois níveis socioeconômicos do bairro da Vila Mariana na cidade de São Paulo”. Ela não poderá comparecer ao evento. Em seu lugar virá a professora MS Denise Zaffari, das Ciências da Saúde da Unisinos. Após essa entrevista, estão as respostas da professora Fátima Flores.

O cacique guarani José Cirilo Morínico, adianta que pretende apresentar o conhecimento que a comunidade guarani possui e a sua demanda sobre sustentabilidade, falando de moradia, de terra, plantação e criação. “Vou falar sempre sobre a experiência e o conhecimento dos guaranis. A professora Fátima Flores está nos ajudando com um projeto. Se existe alguma entidade que quer ajudar a nossa comunidade, ela faz o contato e depois repassa para mim. Essa é uma maneira como a Fátima nos presta ajuda: A Fátima também montou o projeto, mandou para a Caixa Econômica Federal. Os brancos trabalham nos papéis. Sem papel não funciona. Ela está ajudando nesse projeto, botando no papel a necessidade da comunidade, para que outras pessoas possam ajudar”.

A Aldeia localiza-se na Lomba do Pinheiro, parada 22, Rua Beco do Mendonça, n.º 357, em Porto Alegre. O cacique acrescenta que há diferenças entre a preocupação dos guaranis e dos brancos com a alimentação. “Muitas vezes, a horta no nosso sistema não funciona, porque o branco queria saber mais, o branco está mostrando idéia, e muitas vezes não funciona. Eu

tenho que ir com cuidado, devagar, porque estou lidando com os brancos e com os guaranis, os dois juntos, com cuidado”.

**“O PAÍS DEVE OFERECER CONDIÇÕES PARA QUE A POPULAÇÃO
TENHA ACESSO À SUA PRÓPRIA ALIMENTAÇÃO POR MEIOS PRÓPRIOS”**

Entrevista com Cíntia Gama

IHU On-Line- Quais serão as principais idéias que apresentará no próximo evento Inclusive?

Cíntia Gama- A idéia é mostrar que atualmente estão sendo feitas discussões sobre Insegurança Alimentar com o intuito de melhor diagnosticar a situação, principalmente de saúde, no sentido de que o conceito de saúde envolve fatores socioeconômicos e ambientais que condicionam o seu estado de saúde e podem ser favoráveis ou não. Para isso, não implica somente a atuação do setor saúde, e sim de setores como as políticas de educação, trabalho e agricultura, isto é, as políticas públicas no sentido desenvolvimento econômico e social tanto num macroespaço quanto em atividades mais específicas de uma comunidade. Dessa forma, complementa a questão de segurança alimentar que inclui os aspectos de acesso ao alimento, à sua qualidade e educação nutricional.

IHU On-Line- Como definiria a insegurança alimentar no País?

Cíntia Gama- Para melhor intervir nessas questões, o diagnóstico é muito discutido, pois muitos estudos utilizam valores diferentes de renda, e isso implica números muito diferentes de pessoas classificadas como vulneráveis, que variam de 16 milhões a 44 milhões. Há também a questão da baixa renda, que está diretamente associada à fome, e isso não pode ser tratado dessa forma, pois a população canaliza a sua renda para a alimentação, e existem todos os outros fatores básicos da saúde em que não há investimentos. É o caso de uma criança, por exemplo, que tem o alimento diário garantido, mas brinca ao lado do esgoto a céu aberto. Essa má condição influi no peso da criança, principalmente no início da vida. Mas implicações maiores são as carências de micronutrientes, sendo o ferro o principal, pois acarreta a anemia ferropriva, e a criança tem o seu desenvolvimento físico e cognitivo comprometido e tende a ser um adolescente e adulto de baixo rendimento e portanto pouco produtivo para a sociedade.

Para melhora dessa condição, independente de serem 16 ou 44 milhões, e sim que são muitas pessoas em condição desfavorável que não necessariamente estejam passando fome. O País deve oferecer condições para que a população tenha acesso à sua própria alimentação por meios próprios. Essa é uma questão óbvia que a história dos programas de alimentação e nutrição negou por muito tempo, quando, na verdade, sempre foi a oferta de algo, alimento ou dinheiro, paternalista que estava fadado a não atingir o verdadeiro objetivo que era e é segurança alimentar, principalmente acesso. Atualmente, já está validado um questionário de diagnóstico da insegurança alimentar que já foi aplicado nas diferentes regiões do País, mas não ainda no Sul. Por isso, junto com a Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Vitolo, nutricionista e professora também da nossa instituição, pretendemos realizar essa pesquisa na cidade de Porto Alegre para compará-la com as outras já realizadas. A proposta é em parceria com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar. Essa é uma proposta que tem parceria com as instituições acadêmicas, Universidade de Campinas e o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília, que já realizaram o estudo nas outras regiões e que cada vez mais estão trabalhando para aprimorar o diagnóstico quanto às estratégias de intervenção.

IHU On-Line- Quais os problemas mais sérios nas atuais políticas de segurança alimentar e em projetos como o Fome Zero?

Cíntia Gama- O Programa Fome Zero realmente tentou sair do âmbito do assistencialismo, quando prevê, em suas ações, a geração de emprego e a reforma agrária, por exemplo, dentro das suas políticas estruturais, apesar de todo o marketing exagerado para a mobilização da população com as ações assistencialistas. Porém, num âmbito mais complexo, isto é, como vem se desenvolvendo a macroeconomia, essas ações tendem a não acontecerem de maneira adequada e até mesmo nem acontecerem. Eis, uma grande discussão...

IHU On-Line- Como a universidade poderia estar mais envolvida em problemáticas dessa natureza?

Cíntia Gama- A universidade realmente está seguindo o desejável de uma instituição com as suas atividades de pesquisa, ensino e extensão. As discussões de âmbito geral pelos grupos que realizam ações inteiramente inseridas nas comunidades, deixam dúvidas no sentido do quanto se deveria ou não fazer parceria direta com os setores públicos, pois há grande incerteza em relação à sustentabilidade dos programas e projetos propostos por uma universidade. Apesar de também ter esse sentimento, ainda aposto que, para atingir o objetivo de o cidadão ter poder de acesso ao alimento, seria fazer parceria com o poder público e assim somar com os recursos humanos capacitados para ações específicas e interdisciplinares, sendo este um lema que a Unisinos abraça em seus projetos. E, com certeza, a participação efetiva da comunidade, para que possa ter a nobreza de continuar intitulado as pessoas como cidadãs. Porém, ressalto como integrante de uma equipe de pesquisadores dessa instituição a grande dificuldade de ultrapassar o entrave político para efetuar as propostas que minimizariam muito o custo dos setores públicos, tanto na realização de ações de intervenção quanto de diagnósticos que resultariam em dados úteis para ações de promoção da qualidade de vida dos cidadãos que têm o prognóstico de diminuir gastos com intervenções de maior complexidade. Mas, a pergunta que sempre lateja no pensamento é se o setor público não será um eterno entrave. E assim, caminhamos em nossas ações que, apesar de oscilarem em diferentes níveis de insegurança, não deixam cessar as propostas que objetivam conquistar a cidadania.

“É NECESSÁRIO ARTICULAR AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS, A COMUNIDADE E O PODER PÚBLICO” Entrevista com a Prof^a. Fátima Flores

IHU On-Line - Quais os principais desafios no RS em relação à segurança alimentar e nutricional sustentável?

Fátima Flores - O principal desafio é a organização de uma política pública no que se refere a segurança alimentar, considerando que em nosso estado milhares de pessoas não ingerem uma quantidade mínima de nutrientes para que a pessoa possa se manter saudável

IHU On-Line - Em que consiste o trabalho do Instituto Popular de Arte- Educação junto aos índios Guaranis?

Fátima Flores - Consiste em implementar projetos de subsistência mínima, como alimentação e infra-estrutura. A partir de algumas constatações e considerando aspectos culturais do povo guarani, fez-se um projeto em parceria com a EMATER de uma economia sustentável, possibilitando aos índios o acesso a uma alimentação diária. Desenvolveram-se três projetos: 1º - compra de ferramentas para o cultivo de mandioca, milho, melão e abóbora; 2º - em

parceria com o comitê dos funcionários do Banco do Brasil, tem-se viabilizado a entrega de 800 quilos de alimentos não perecíveis, a cada dois meses; 3º - a criação de um galinheiro de postura, com plantel de cem galinhas e dez galos, visando à produção de ovos e carnes, atendendo às necessidades de proteínas do povo guarani. É importante destacar que a comunidade guarani da Lomba do Pinheiro, parada 22, é composta por 14 famílias, o que dá 60 pessoas, sendo 26 crianças; 4º - em parceria com o COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida) tem-se viabilizado locais para a comercialização de artesanatos do povo guarani.

IHU On-Line - Que elementos são fundamentais para levar à prática uma economia solidária em pequenos grupos, hoje?

Fátima Flores - Articular uma rede com instituições privadas, comunidades e poder público, visando à organização e manutenção de projetos, muitos deles insipientes, na área de produção hortifrutigranjeiros em áreas urbanas e rurais.

GREENPEACE NA UNISINOS NA SEMANA DO MEIO AMBIENTE

De 31 de maio a 6 de junho de 2004, aconteceu a Semana do Meio Ambiente. Na Unisinos, o fato foi lembrado com a presença de jovens voluntários do Greenpeace, entidade sem fins lucrativos que se baseia em princípios básicos como a adesão à não-violência, não recuando ao defender suas causas; caracteriza-se pela atuação de ativistas, que se colocam pessoalmente como barreira ao dano ambiental. É independente financeiramente de empresas, governos e partidos políticos e atua internacionalmente, já que as ameaças ao meio ambiente não têm fronteiras. A ONG não estabelece alianças com partidos e não toma posições políticas, exceto no que diz respeito à proteção do meio ambiente e da paz.

Os ativistas voluntários estabeleceram um pequeno stand, próximo ao IHU, no corredor central da Unisinos. Além de material sobre transgênicos e sobre a própria ONG, os jovens tinham um banner com a foto de uma ação realizada pela entidade durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. A foto mostra o final de uma das palestras sobre transgênicos, em que vários ativistas entraram fantasiados de borboleta, ressaltando o fato de que várias espécies que não seriam o alvo de um determinado transgênico podem estar sendo afetadas por ele, e um dos exemplos mais clássicos é o da borboleta monarca. "O milho Bt, que não é plantado no Brasil, é uma das variedades de transgênicos disponíveis mundialmente. E há um estudo que mostra que as borboletas monarcas na região que é plantado esse milho poderiam ser afetadas", explicam os ativistas ao mostrar o banner.

IHU On-Line conversou com David Monteiro, 22 anos, que trabalha em uma empresa de Raft (descida de botes em Rios e Corredeiras) em Três Coroas e é ativista há três meses. Ricardo Grazioli, 20, voluntário ativista do Greenpeace há quatro anos, e Michael Duncan, 23, estudante de Medicina da UFRGS e ativista do Greenpeace há 9 anos.

O tema dos transgênicos foi amplamente debatido na matéria de capa do **IHU On-Line** n.º 72, de 25 de agosto de 2003. Foram entrevistados sobre o assunto Francisco Caporal, Maria Helena Zanettini, Janice da Silva e Neila Richards.

IHU On-Line- Por que vocês estão aqui?

Ricardo Grazioli- Esta semana o mundo inteiro comemora a Semana do Meio Ambiente. Está havendo vários eventos. Aqui nós estamos divulgando nossa campanha sobre tóxicos e transgênicos. Foi lançado recentemente o relatório sobre o veneno doméstico, que pode ser acessado no sítio do Greenpeace www.greenpeace.org.br

IHU On-Line- Como cada um de vocês começou a participar da ONG?

Michael Duncan- Filiei-me em 1994, quando o navio do Greenpeace veio pela primeira vez a Porto Alegre. Conheci melhor sua proposta e me inscrevi.

IHU On-Line- Já tinha inquietações ambientais?

Michael Duncan- Meus pais são médicos, então tinha bastante presente o conceito de qualidade de vida, saúde... O lado ambiental veio depois. Eu era estudante, tinha 14 anos, na época em que conheci o Greenpeace. Chamaram-me a atenção os problemas ambientais pelos quais estamos passando, não dá para ficar apenas falando. Greenpeace é uma entidade bastante prática. Se uma empresa está poluindo e tivermos que invadi-la para chamar a atenção para o problema. Vamos fazer isso. Os transgênicos estão sendo plantados irregularmente, vamos fazer uma campanha agressiva contra os transgênicos. Eu tenho vários colegas que se interessam, mas não são muitos os que passam da preocupação para a ação.

Ricardo Grazioli- Conheci o Greenpeace por meio da tevê e tive a sensação de que não podia ficar só assistindo agressões ao meio ambiente sem fazer nada. Entrei em contato e me chamaram para ser voluntário nas campanhas. Eles promovem treinamentos, estudos, reuniões. Estamos sempre bem informados.

David Monteiro- Comecei há três meses. Conhecia o Greenpeace há mais tempo, através de várias ações, sobretudo das baleias que tudo o mundo conhece. O Greenpeace se apresentou como a resposta à vontade que eu sentia de fazer alguma coisa. Eles não ficam olhando o problema, tentam resolver com uma ação direta contra alguma coisa.

IHU On-Line – As pessoas procuram vocês ou há muita indiferença?

David Monteiro- Algumas pessoas são bem desinteressadas mesmo, outras já conhecem o Greenpeace e se aproximam diretamente a perguntar ou dar sugestões. Mas têm outros que não gostam muito da gente....

IHU On-Line – Com quais argumentos vocês contestam propagandas favoráveis aos transgênicos, como a da Monsanto, veiculada há pouco tempo na TV?

Michael Duncan- A transgenia é uma tecnologia bastante nova, tem poucas décadas e envolve questões bastante complexas em termos científicos e técnicos, como manipulação de DNA, inserção de genes que nunca estiveram presentes numa determinada espécie, misturar genes de bactérias com plantas, animais, coisas assim. Envolve uma série de questões que deveriam ser mais estudadas antes da liberação no meio ambiente. Os estudos que foram feitos, desses organismos transgênicos, são muito poucos e insuficientes. A maioria refere-se à questões agrônômicas em termo de produtividade, mas os impactos ambientais e na saúde foram muito pouco estudados. Nós estamos chamando a atenção para esses impactos. Não é porque eles são pouco conhecidos que não existem. Vários transgênicos que foram liberados sem prévios testes estão começando a causar problemas ambientais. No caso da soja transgênica, que está sendo plantada há vários anos nos Estados Unidos, na Argentina, os problemas estão começando a aparecer. Nos primeiros anos, se usou o que a Monsanto estava prometendo em termos de quantidade de agrotóxicos e na medida que ia passando o tempo a quantidade ia aumentando cada vez mais. Hoje, a soja transgênica, por exemplo, usa uma quantidade bem maior de agrotóxicos do que a soja convencional. Além disso, há o problema de acabar restringindo a produção a um único sistema, usando um único agrotóxico, uma única variedade de soja. Cinco ou seis empresas poderão controlar toda a alimentação do mundo, já que essas empresas têm patente sobre as sementes dos alimentos que estamos comendo. Ou seja, há

uma série de questões sociais que são também motivo da campanha de combate aos transgênicos, além dos impactos ambientais.

IHU On-Line – Esse debate está tendo receptividade no Brasil?

Michael Duncan- Segundo pesquisa do Ibope, no Brasil, a maior parte da população se tivesse opção de não comer transgênicos, escolheria não comê-los. Só que há uma grande irresponsabilidade governamental na forma como foram liberados os transgênicos. As sementes entraram de forma totalmente irregular e foram simplesmente liberadas por uma medida provisória. Pela legislação os transgênicos deveriam estar sendo rotulados nos supermercados e não estão sendo. Há uma grande falha governamental, mas a população de uma forma geral tem se mostrado bastante contrária aos transgênicos no Brasil.

IHU On-Line - Como explicariam de uma forma acessível tudo isso para alguém que nunca se preocupou com o assunto?

Ricardo Grazioli- Uma boa forma é, por exemplo, partir da alimentação. A pessoa está consumindo um produto sem saber o que está comendo, mas está todo dia na mesa dele. O consumidor tem o direito de saber o que está comendo, mas não é informado. As empresas estão omitindo isso. Isso deixa as pessoas preocupadas. Futuramente algumas empresas poderão estar controlando toda a alimentação do mundo e ele não vai ter opção de compra. Isso assusta e provoca um certo interesse porque envolve a alimentação dele, de sua família.

David Monteiro- Nós não somos contra a tecnologia, e sim contra a forma em que estamos sendo usados como cobaias para testar um alimento em nós.

IHU Idéias

JOGO, SEDUÇÃO E PRESCRIÇÃO NOS DISCURSOS TELEVISIVOS

A Prof^a. Dr.^a Nisia Martins do Rosário, das Ciências da Comunicação da Unisinos, apresentou o tema acima, durante o **IHU Idéias** do último dia 3 de junho de 2004. Sua tese de doutorado em Ciências da Comunicação foi a base da temática apresentada no evento. Nisia concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line**, na 103^a edição, de 31 de maio de 2004.

Ecos do evento

“A professora trouxe uma visão diferente daquela que temos como telespectadores. Nós refletimos pouco ao assistir à televisão, sem nos darmos conta de que a programação interfere na nossa vida”.

Marli Flach, professora de Ensino Médio em Bom Princípio.

“Os programas televisivos populares lembram que a pobreza existe com toda a problemática que envolve a vida no contexto social, refletindo o povo na TV. A tese da professora Nisia fala sobre isso e propõe o questionamento das linhas editoriais dos programas”.

José Antônio Hartmann, jornalista free-lancer de Novo Hamburgo.

Na próxima quinta-feira, dia 10 de junho, não haverá **IHU Idéias** em função do feriado de Corpus Christi.

Confira a programação das próximas edições:

17/06/04 – “Comunicação Visual Urbana: pensando o uso do espaço visual público” – Prof.^a Dr.^a Lara Regina Morales Espinosa – Professora na Unisinos

24/06/04 - “Limites éticos da pesquisa científica: reflexões a propósito da genética” – Prof. Dr. Oswaldo Giacoia Junior – Professor na Unicamp

Ciclo de Estudos sobre *O Método*, de Edgar Morin

A VIDA DA VIDA E A RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

O tema do título acima foi discutido na última edição do **Ciclo de Estudos sobre O Método, de Edgar Morin**, realizado dia 3 de junho de 2004. Na ocasião, o professor Dr. Juremir Machado da Silva, do PPG em Comunicação da PUCRS, desenvolveu o Seminário sobre **O Método II: A Vida da vida**. Confira na 103ª edição do **IHU On-Line**, de 31 de maio de 2004, a entrevista que o professor concedeu, comentando aspectos da obra trabalhada.

Ecos do evento

“Tenho interesse em estudar o pensamento complexo de Morin. O evento está instigador e estimulante para o aprofundamento. Morin é importante para que possamos compreender melhor as coisas e fazer um resgate do humanismo”.

Marilene Loss Bobsin, vice-diretora da Escola de Ensino Fundamental Cohab-Duque, em São Leopoldo.

“Percebo que não basta apenas pensar Morin. É preciso fazer Morin, praticar seu pensamento. O Método é um livro mais denso, que nos faz parar muitas vezes, refletir sobre o assunto e voltar a ler novamente. Para meus alunos eu incentivo Morin através das obras *Terra Pátria e Amor, Poesia, Sabedoria* que trazem as questões de fundo em uma linguagem mais coloquial”.

Prof.^a Dr.^a Miriam Rosa, professora da Faculdade de Educação da UFRGS.

“Este evento está sendo coerente com a política educacional da Unisinos. Ele nos possibilita o contato com autores contemporâneos e tem uma boa durabilidade, para que possamos desenvolver com calma e com o auxílio dos professores, um pensamento tão complexo. Morin é uma espécie de coringa. Não há apenas um Morin, mas vários. Ele nos permite várias leituras, que podem ser aplicadas em nosso dia-a-dia, no trabalho e no nosso curso”.

Guilherme Azevedo, aluno de Direito na Unisinos

Cadernos IHU Idéias n.º 16 A tatuagem contemporânea

A coleção **Cadernos IHU Idéias** está publicando o caderno de número 16, sobre o tema *A mudança de Significado da Tatuagem Contemporânea*, tendo como autora a Prof.^a MS e doutoranda em Antropologia Social Débora Kruschke Leitão. A reflexão baseia-se em pesquisa antropológica feita com tatuados e tatuadas, em Porto Alegre, no período de 2000 a 2002, situando-se em um quadro mais amplo dos estudos antropológicos sobre a corporalidade e as técnicas do corpo.

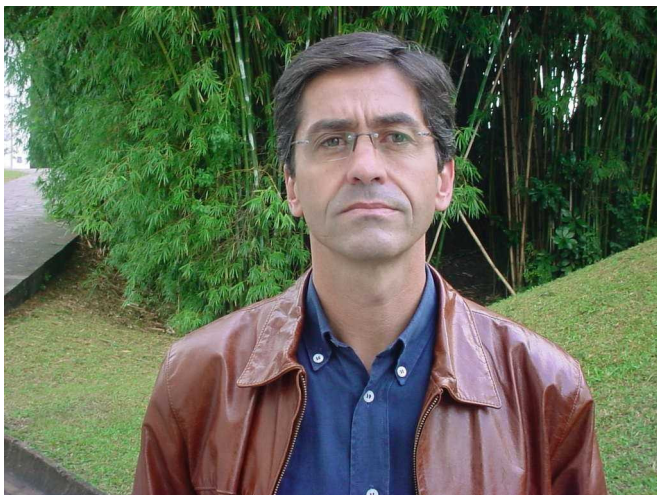
No caderno, são abordados os seguintes tópicos: Antropologia e marca (social) no corpo; Tatuagens e tatuados; Tatuagem e práticas de embelezamento; Tatuagem e autonomia sobre a anatomia; Tatuagem e valorização da singularidade e subjetividade, encerrando com algumas considerações.

A autora é graduada em Jornalismo e em Ciências Sociais; mestre em Antropologia Social pela UFRGS, com a dissertação intitulada *O corpo ilustrado: um estudo antropológico sobre usos e significados da tatuagem contemporânea* e doutoranda da UFRGS. O **IHU On-Line** n.º 90, de 1^a de março de 2004, publicou entrevista com a autora do caderno, sob o título *Um estudo antropológico sobre usos e significados da tatuagem contemporânea*.

Os **Cadernos IHU Idéias** podem ser adquiridos na Livraria Cultural ou pelo endereço eletrônico: humanitas@poa.unisinos.br.

IHU REPÓRTER

Antônio Alberto Fernandes



Filho de portugueses, o professor Antônio Alberto Fernandes apresenta-se com um marcado espírito de liberdade e um grande fascínio pela natureza e a dimensão lúdica da vida. O coordenador do curso de Fisioterapia da Unisinos faz uma afirmação comovente ao dizer “meu filho mudou minha vida”. O professor conta, na entrevista a seguir, as experiências que marcaram sua trajetória de vida, as prioridades de sua vida e a importância dada à educação baseada na humanidade e nos valores éticos.

Origens – Sou filho de imigrantes portugueses. Meus pais moravam no Norte de Portugal. Lá se casaram e constituíram família. Meu pai não tinha instrução nenhuma. Ele era pastor de ovelhas. Minha mãe tinha 16 anos, quando se casou. As duas primeiras filhas que eles tiveram, faleceram. Então decidiram vir para o Brasil, de navio, com apenas um baú. Moraram no Rio de Janeiro, no morro. Meu pai trabalhava como lixador de parquê em construções, e minha mãe lavava roupa. Por não se adaptarem ao clima do Rio de Janeiro, a família mudou-se para São Paulo, onde eu nasci. Sou o caçula de quatro filhos, pois ainda tenho duas irmãs e um irmão. Em São Paulo, meu pai começou a trabalhar com comércio e, logo em seguida, nos mudamos para Porto Alegre. Eu tinha apenas um ano. Aqui eles começaram a trabalhar com jóias e com venda de roupas no ramo de cama, mesa e banho. Meu pai construiu um edifício pequeno, onde os meus irmãos vivem até hoje. Ele conseguiu pagar faculdade para todos os filhos, a grande herança que nos deixou. Sempre vivemos muito bem, muito unidos.

Formação – Estudei no Colégio Assunção, que é marista, em Porto Alegre. Depois, passei para o Grupo Escolar Ceará e para o Colégio Costa e Silva. Terminei o segundo grau no Colégio Glória, sempre em Porto Alegre. Mescliei o estudo em colégios particulares e públicos, numa época em que o ensino público era muito melhor que o particular. Concluído o segundo grau, fiz vestibular para Educação Física no Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), concluindo o curso em 1981. Cursei também uma especialização em Treinamento Esportivo na UFRGS, em 1984. Decidi, então, fazer uma segunda graduação para ter mais opção no mercado de trabalho. Em 1988, iniciei a faculdade de Fisioterapia, também no IPA, que concluí em 1991.

Profissão – Fui professor de Educação Física em escolas, professor de natação e musculação. Quando me formei em Educação Física, iniciei como professor no IPA. Depois que terminei a faculdade de Fisioterapia, passei a ser professor dessa área também. Depois do IPA, tive experiência como docente na Ulbra, em Canoas. E há oito anos, estou aqui na Unisinos, trabalhando sempre com docência. Sou professor por vocação. Essa é a minha missão: trabalhar com um grupo de pessoas, trazendo alguma mensagem e a contribuição técnica de formação. Ser docente é ter a possibilidade de transmitir aos alunos as questões éticas, morais e filosóficas da vida. Acredito muito mais nessa formação humana do que propriamente na questão científica.

Coordenação de curso – Há dois anos e meio, sou o coordenador executivo do curso de Fisioterapia da Unisinos. O curso é novo, está no quinto semestre. Trabalhei durante dois anos no projeto do curso. Meu grande ideal se fez sempre no meu trabalho. À medida que eu faço um trabalho sério, competente, com ânimo, tudo que acontece na minha vida é por mérito desse trabalho. Vejo a coordenação de curso como um espaço de operacionalizar, otimizar a formação profissional voltada para uma saúde de qualidade que a sociedade merece. É mais uma etapa passageira da vida que, como as outras, tem que ser bem cumprida. O curso de Fisioterapia aposta muito na formação humana.

Filosofia de vida - A questão da cronologia é uma convenção humana, social. Estamos aqui numa passagem, ela não tem um tempo. Temos fases na vida, onde somos crianças e depois temos responsabilidades por imposição social. Somos sempre rotulados pelo tempo social e pela condição de corpo físico. Sempre tive espírito de muita liberdade, muito fascínio pelas coisas da natureza, pela brincadeira, pela diversão. As melhores coisas que experimentei na minha vida foram brincar e namorar. E as piores foram estudar e trabalhar. Esse espírito livre

me facilita a proximidade com outras gerações, porque tenho capacidade de assimilar as questões atuais, não me prendendo à minha cronologia ou ao meu estado físico. Estou sempre vivendo um momento com desejos e modelos diferentes do que sempre foi modelo para mim e me adapto muito facilmente a isso. A questão da docência e do contato com o aluno se torna, então, muito facilitado.

Família – Fui muito namorador, mas sempre namorei por muito tempo poucas pessoas. Lembro que tive quatro namoradas que marcaram minha vida, sendo que com uma delas me casei. Namorei minha esposa, a Liliane, cerca de seis meses e nos casamos. Faz 11 anos que estamos juntos. Um ano depois do casamento, tivemos nosso primeiro filho, o Guilherme. Ele foi marcante na minha vida, porque nasceu com síndrome de down. Foi um impacto muito forte, porque a gente não entende no início. Mas é um filho que mudou completamente minha vida. O Guilherme não tem a capacidade de assimilar o condicionamento social. Ele vive no mundo dele, em uma realidade própria, sem a preocupação com os outros. E é muito feliz. Hoje, com 10 anos, ele tem sido uma grande escola para mim. Eu o observo muito. Tenho muito amor e carinho por ele. Meu filho é meu ídolo. Tivemos, há seis anos, nosso segundo filho, o Vinícius. Tenho dois filhos com diferentes comportamentos. Um já lida com condicionamento social; o outro não dá bola. Um quer presente; o outro não liga para isso. Um se preocupa com a combinação da roupa; o outro usa bota com bermuda e casaco no verão, vestindo-se conforme a história que está vivendo naquele momento. Tenho nos meus filhos dois grandes exemplos para mim. Nossa família é muito feliz. O prazer que tenho na vida são meus filhos. Não troco por nada estar com eles assistindo a um filme, dormindo junto, brincando...

Autor – Carlos Castañeda.

Livro – *A erva do diabo*, de Carlos Castañeda.

Filme – *Hair*, de Milos Forman, é um musical lindíssimo que me marcou muito, numa época em que a gente clamava pela liberdade de viver. Retratava a juventude americana que lutava contra a hipocrisia da soberania de um povo sobre outro. Também lembro do filme *Muito Além do Jardim*, de Hal Ashby, com o ator Peter Sellers, que retrata até que ponto chega a hipocrisia do ser humano frente à simplicidade do ser.

Presente – Carinho.

Nas horas livres – Contemplar as coisas da vida. Quando estou sem vontade de fazer nada, me dedico à reflexão e enxergo muito mais.

Um sonho – A igualdade da sociedade. Tenho o sonho de que as pessoas, por serem humanas e iguais, tenham as mesmas oportunidades na sociedade, independente de credo, ideologia política, ou dogma de fé.

Momento marcante – O nascimento do meu filho Guilherme.

Unisinos – Um ambiente extremamente familiar pelos princípios, que são os mesmos que meu pai nos ensinou: verdade, justiça e fé. A Unisinos é a continuidade da minha casa, da relação com meus pais e meus filhos. A Universidade e as pessoas aqui dentro são diferentes, porque existe uma força maior que propicia esse espaço para que possamos praticar a humanidade.

IHU – Um espaço muito rico, fantástico. Torço para que a semana passe, esperando pelo **IHU On-Line**. A diversidade e a atualidade dos assuntos abordados impressiona. Temos uma grande aula, com textos curtos, sobre o pensamento de grandes filósofos, associado à interferência de colegas profissionais da Unisinos, trazendo a reflexão para o âmbito local. O trabalho do IHU é muito dinâmico e com muita consistência. Eu mesmo utilizei várias edições da revista em sala de aula. O Humanitas retrata bem a questão da Universidade. Pela corrida dentro da instituição, nós ainda pecamos por não aproveitarmos mais as atividades que promove. O Humanitas foi o único lugar, em oito anos de trabalho na Unisinos, que se preocupou com meu currículo humano, em mostrar quem realmente sou, e não apenas o que fiz e consta no meu currículo Lattes.

Sala de Leitura



“Atualmente estou lendo **A Ditadura Escancarada**, de Elio Gaspari (São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 507p). Segundo volume de uma série de cinco que relatam importante período da história brasileira, março de 1964 a março de 1979. Já foram publicados os três primeiros volumes: A ditadura envergonhada, A Ditadura Escancarada e a Ditadura Derrotada. O segundo volume relata o período posterior ao AI-5, a partir do ano de 1969, em que a ditadura se firma no poder, descrevendo como a tortura passou a ser utilizada como instrumento corriqueiro da repressão política”.

Prof.ª MS Rosana Broglio Garbin, graduada e mestre em Direito e professora das Ciências Jurídicas da Unisinos.



“Atualmente, estou lendo o livro **Stupid White Men – Uma Nação de Idiotas**, de autoria de Michael Moore (Francis – W11 editores. São Paulo, 2003 – 3. ed. 287p.). Escolhi este livro influenciado pelas premiações recebidas recentemente por seu autor, primeiramente ganhando o Oscar de melhor documentário por **Tiros em Columbine**, e mais recentemente recebendo a Palma de Ouro do Festival de Cannes pelo filme **Fahrenheit 9/11**. O estilo de escrita de Moore é um pouco exagerado em relação às críticas que faz ao governo de George W. Bush e também à própria pessoa do presidente (cuja eleição foi uma grande fraude!). Devo destacar que este livro deve ser interpretado como uma sátira, recheada de críticas ácidas e comentários sarcásticos, a respeito do *non-sense* no qual está imersa a sociedade norte-americana (e por tabela a nossa sociedade). O livro pode ser bem definido por uma frase do presidente Bush citada no prólogo: “É incrível que eu tenha vencido. Concorria contra a paz, prosperidade e boa administração”.

Prof. Dr. Fernando Santos Osório, mestre e doutor em Ciência da Computação aplicada à Inteligência Artificial e professor do PPG em Computação Aplicada da Unisinos.



“Estou lendo a obra de Domenico de Masi, intitulada **O Ócio Criativo**, editado pela Sextante. Nas trezentas e quarenta páginas desta obra, Domenico de Masi elabora não apenas os temas da sociedade pós-industrial, do tempo livre e da criatividade, como também as questões da globalização, do desenvolvimento sem emprego, da feminilização, do declínio das ideologias tradicionais e dos sujeitos sociais emergentes. A conversa tem como pano de fundo uma profunda insatisfação com o modelo social elaborado pelo Ocidente, sobretudo pelos Estados Unidos, centrado na idolatria do trabalho, do mercado e da competitividade. Insatisfeito com

esse modelo, ele propõe um novo modelo baseado na simultaneidade entre trabalho, estudo e lazer, no qual os indivíduos são educados a privilegiar a satisfação de necessidades radicais, como a introspecção, a amizade, o amor, as atividades lúdicas e a convivência. Segundo De Masi, 'o ócio pode transformar-se em violência, neurose, vício e preguiça, mas pode também elevar-se para a arte, a criatividade e a liberdade. É no tempo livre que passamos a maior parte de nossos dias e é nele que devemos concentrar nossas potencialidades”.

Profª. Esp. Vera Lúcia De Vargas, graduada em Relações Públicas , especialista em Marketing e professora nas Ciências da Comunicação da Unisinos.

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – , da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilé Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS